



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

REBECA SANTANA MARQUES JATOBÁ

**PRIMEIRO DAMISMO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: ASPECTOS
HISTÓRICOS E POLÍTICOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

SÃO CRISTÓVÃO

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

REBECA SANTANA MARQUES JATOBÁ

**PRIMEIRO DAMISMO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: ASPECTOS
HISTÓRICOS E POLÍTICOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes

SÃO CRISTÓVÃO

2026

REBECA SANTANA MARQUES JATOBÁ

**PRIMEIRO DAMISMO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: ASPECTOS
HISTÓRICOS E POLÍTICOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO**

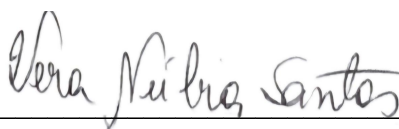
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
UFS – Universidade Federal de Sergipe, como
parte das exigências para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 16/07/2026

Banca Examinadora:



Prof.^a. Dr.^a. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes
Universidade Federal de Sergipe
(Presidente da banca)



Prof.^a Dra. Vera Núbia Santos
Universidade Federal de Sergipe
(Avaliadora Interna)



Prof.^a Ma. Juliane Barbosa Tavares
Universidade Federal de Sergipe
(Avaliadora Interna)

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, meu mais profundo agradecimento especialmente aos meus pais, João e Rosângela, que nunca mediram esforços e sacrifícios para me oferecer uma educação digna e de qualidade. Obrigada por proporcionarem uma mudança de vida por meio da educação e por sempre acreditarem em mim. O apoio e amor incondicional de vocês tornaram possível essa conquista. Se hoje concluo essa etapa, é graças a todo esforço de uma vida inteira de vocês dois. Agradeço também aos meus irmãos, João Felipe e Luiz Guilherme, por todo o companheirismo e amor durante esse processo.

Ao meu namorado e melhor amigo, Júnior, que esteve ao meu lado em cada momento desafiador dessa trajetória. Obrigada por cada palavra de incentivo, por me acolher nos dias difíceis e por me ajudar de todas as formas possíveis. Agradeço por sempre ter acreditado em mim e no meu potencial. Sua presença e a força que você me transmitiu, deixaram tudo mais leve e me ajudaram a seguir em frente nesse processo, obrigada por tudo e por tanto.

À minha psicóloga, Luciene de Oliveira, cujo trabalho teve um papel fundamental na etapa final da minha formação acadêmica. Agradeço a sua escuta sensível e acolhimento, que foram essenciais para que eu superasse os desafios desse percurso e concluísse essa etapa.

À minha orientadora, Flávia Augusta, agradeço pela orientação cuidadosa ao longo de toda trajetória, pela escuta atenta e por sempre respeitar o meu processo com paciência diante das dificuldades. Agradeço por todos os ensinamentos compartilhados durante essa jornada.

Às amigas que a universidade me apresentou: Lorena, Luana e Mel, poder compartilhar essa jornada ao lado de vocês tornou tudo mais leve e divertido. Sem o apoio e o companheirismo de vocês ao longo desses anos, nada teria sido o mesmo. Levo vocês para a vida.

Agradeço às minhas amigas de uma vida inteira, Lara e Thais, que permaneceram ao meu lado durante todo esse período, mesmo nos momentos em que a rotina dificultou nossos encontros. Obrigada por sempre me oferecer apoio e incentivo durante essa jornada. Sempre estarei com vocês.

À Universidade Federal de Sergipe e a todas professoras e professores que fizeram parte da minha formação, expresse minha gratidão pelos ensinamentos, pelas oportunidades e por contribuírem para o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha vida, bem como àquelas que estiveram apenas de passagem durante a graduação. Sou grata a todos que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação acadêmica por meio de trocas, conhecimentos e apoio.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisou a permanência da expressão do primeiro-damismo na contemporaneidade, bem como sua relação com a feminização do Serviço Social e com a Política de Assistência Social. O objetivo geral da pesquisa fundamentou-se em refletir sobre as manifestações atuais do primeiro-damismo como expressão do conservadorismo contemporâneo e sua relação com a assistência social. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos como objetivos específicos: analisar as protoformas do Serviço Social, identificando práticas que permanecem na profissão até a contemporaneidade; analisar o processo de feminização do Serviço Social na perspectiva de gênero e sua relação com a permanência do primeiro-damismo; e identificar a presença do primeiro-damismo nos cargos de gestão da Política de Assistência Social em âmbito estadual e municipal, com destaque para o estado de Sergipe. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e documental, fundamentada em revisão bibliográfica, levantamento de dados e análise das informações referentes às Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social. A abordagem qualitativa possibilitou a compreensão do fenômeno a partir da literatura especializada, enquanto a abordagem quantitativa permitiu a sistematização e a análise dos dados coletados, apresentados por meio de gráficos. Os resultados evidenciam uma expressiva presença de primeiras-damas ocupando cargos de gestão da Política de Assistência Social nos municípios sergipanos, revelando a permanência de concepções que associam o cuidado às mulheres e contribuem para a reprodução de práticas conservadoras na administração pública. Conclui-se que o primeiro-damismo permanece como uma expressão do conservadorismo contemporâneo na gestão da Política de Assistência Social, evidenciando a necessidade de fortalecer a profissionalização da gestão pública e a efetivação dos princípios que orientam o Sistema Único de Assistência Social.

Palavras-chave: Primeiro-damismo; Assistência Social; Serviço Social; Gênero.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis analyzed the persistence of “first-ladyism” (primeiro-damismo) in contemporary society, as well as its relationship with the feminization of Social Work and the Social Assistance Policy. The general objective of the study was to reflect on the current manifestations of “first-ladyism” as an expression of contemporary conservatism and its relationship with social assistance. To achieve this objective, the following specific objectives were established: to analyze the protoforms of Social Work, identifying practices that remain within the profession in contemporary society; to examine the process of the feminization of Social Work from a gender perspective and its relationship with the persistence of “first-ladyism”; and to identify the presence of “first-ladyism” in management positions within the Social Assistance Policy at both the state and municipal levels, with special emphasis on the state of Sergipe. This study adopted a qualitative and quantitative approach and was characterized as exploratory and documentary research, based on a literature review, data collection, and analysis of information regarding the State and Municipal Departments of Social Assistance. The qualitative approach enabled an understanding of the phenomenon through specialized literature, while the quantitative approach allowed for the organization and analysis of the collected data, presented through graphs. The findings reveal a significant presence of first ladies occupying management positions within the Social Assistance Policy in the municipalities of Sergipe, demonstrating the persistence of conceptions that associate care with women and contribute to the reproduction of conservative practices in public administration. It is concluded that “first-ladyism” remains an expression of contemporary conservatism in the management of the Social Assistance Policy, highlighting the need to strengthen the professionalization of public management and the effective implementation of the principles guiding the Brazilian Unified Social Assistance System.

Keywords: “First-ladyism”; Social Assistance; Social Work; Gender.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais obras para a construção da pesquisa.....	14
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição Quantitativa e de Gênero da Formação Acadêmica das(os) Secretárias(os) de Assistência de Estados brasileiros (2026).....	44
Gráfico 2- Distribuição por Gênero das(os) Secretárias(os) Municipais de Assistência Social em Sergipe (2026).....	46
Gráfico 3- Vínculo com o Primeiro-Damismo nas Secretarias Municipais de Assistência Social em Sergipe (2026).....	47
Gráfico 4- Distribuição da Formação Profissional das(os) Secretárias(os) Municipais de Assistência Social de Sergipe (2026).....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	p.11
2	GÊNERO, CAPITALISMO E PATRIARCADO NO BRASIL.....	p.20
	2.1. Patriarcado como eixo de sustentação do Capitalismo	p.20
	2.2. Dimensões de gênero e poder na formação do Brasil	p.25
3	PRIMEIRO DAMISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	p.29
	3.1 O reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública.....	p.29
	3.2 Primeiro Damismo e Assistência Social.....	p.35
	3.3 Conservadorismo como reiteração da/na realidade.....	p.37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.54
	APÊNDICES	p.57
	APÊNDICE A- Quadro de informações a partir da coleta de dados- Brasil	p.57
	APÊNDICE B- Quadro de informações a partir da coleta de dados- Sergipe	p.60
	APÊNDICE C- Galeria de informações fotográficas sobre as secretárias de assistência social em Sergipe	p.68

1- INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil teve suas origens vinculadas a respostas imediatas à questão social, na forma de assistencialismo e caridade que por vezes associava-se à figura da primeira-dama, refletindo um modelo de protoformas. No entanto, ao longo dos anos, a profissão passou por diversas transformações, especialmente com o movimento de reconceitualização, que buscou afastá-la desse viés e consolidá-la como uma prática profissional crítica e comprometida com os direitos sociais.

Entretanto, nas últimas décadas, tanto o Brasil quanto o mundo vivenciaram uma onda de conservadorismo, que resgatou modelos tradicionais de gênero e assistência social. Exemplo disso foi a atuação de primeiras-damas como Michelle Bolsonaro e Marcela Temer, que reforçaram a imagem da mulher no papel de "recatada e do lar". Essa postura influenciou diretamente as políticas assistenciais, promovendo a retomada de práticas assistencialistas que perpetuam a lógica de dependência e a desresponsabilização do Estado na garantia de direitos sociais.

Esse cenário se repete em diversos municípios brasileiros, com destaque para o estado de Sergipe, onde é comum observar prefeitos nomeando suas esposas como secretarias de assistência social. Essa prática reforça o caráter personalista da gestão pública e compromete a efetivação de políticas assistenciais fundamentadas na universalidade e na justiça social.

Desde os primórdios da profissão na Europa, a atuação das chamadas "damas de caridade", como apresenta Estevão (1992), consolidou a associação do Serviço Social às práticas femininas de cuidado, proteção e assistência, como se fossem inerentes à natureza da mulher. No Brasil, essa perspectiva se manteve por muitos anos. Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2006), a origem do Serviço Social no país esteve fortemente atrelada à Igreja Católica, que desempenhou um papel central na implementação das primeiras iniciativas assistenciais. Essas ações eram fundamentadas na caridade cristã, voltadas ao amparo de populações vulneráveis, e frequentemente conduzidas por mulheres pertencentes às elites sociais, que viam na assistência uma forma de prática religiosa e de reafirmação de seu papel social. Dessa maneira, a profissão se consolidou com um caráter essencialmente

feminino e missionário, pautado na ideia de que o cuidado e a proteção dos mais necessitados eram responsabilidades naturais das mulheres.

Ao longo dos anos, a profissão de assistente social passou por um contínuo processo de desenvolvimento até atingir um marco significativo durante a Era Vargas. Nesse contexto, a figura de Darcy Vargas teve um papel fundamental na reformulação da assistência social no Brasil, influenciando diretamente os moldes da profissão e das políticas assistenciais no país. De acordo com Oliveira e Alves (2020), além de reforçar o estereótipo de que o trabalho assistencial estava intrinsecamente ligado ao papel feminino do cuidado, Darcy Vargas contribuiu para a normalização e o fortalecimento da presença das primeiras-damas no cenário político. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi o principal exemplo, sendo criada sob sua liderança, Darcy Vargas convidou diversas mulheres da alta sociedade brasileira, como a senhora Gaspar Dutra e a senhora Salgado Filho, entre outras pertencentes às tradicionais famílias burguesas, para ocupar cargos estratégicos na assistência social. Dessa forma, resgata-se uma realidade já presente nas origens da profissão: a predominância de mulheres brancas da elite desempenhando um papel paternalista, oferecendo assistência sob a ótica da caridade.

As autoras apresentam como a trajetória de Darcy Vargas consolidou o chamado "primeiro-damismo" no Brasil, instaurando um modelo que se perpetuou ao longo das décadas. Até os dias atuais, é possível observar a reprodução dessa lógica em diversos estados e municípios, onde primeiras-damas assumem posições de destaque na assistência social, reforçando um caráter assistencialista e, muitas vezes, distante das diretrizes profissionais e técnicas do Serviço Social.

Considerando a exposição até aqui apresentada, a pesquisa possui enquanto objetivo geral refletir sobre as manifestações atuais do primeiro damismo como expressão do conservadorismo contemporâneo e sua relação com a assistência social. E objetivos específicos: estudar as protoformas do Serviço Social para identificar práticas que acompanham a profissão até os dias atuais; analisar o processo de feminização do Serviço Social na perspectiva de gênero e sua relação com a permanência do primeiro damismo; identificar a presença do primeiro-damismo nos cargos de gestão da Política de Assistência Social em âmbito estadual e municipal, com destaque para o estado de Sergipe.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa fundamenta-se no método materialista

histórico-dialético, por compreender que este possibilita a análise da realidade social a partir de sua constituição histórica e material. Esse método permite compreender as relações sociais construídas ao longo da história, considerando os fatores históricos, econômicos e sociais que influenciam a forma como a sociedade se organiza. Nesse sentido, a análise histórica permite superar interpretações pautadas no senso comum, favorecendo a construção de uma reflexão crítica fundamentada em bases teóricas e voltada à compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade (Pires, 1997).

A partir desse entendimento, percebe-se que a presença de primeiras-damas em cargos de gestão da Política de Assistência Social, muitas vezes ligada à influência de seus cônjuges e às relações políticas, não é um fenômeno recente nem isolado. Essa prática é resultado de um longo processo histórico e social, marcado por ideias conservadoras sobre o papel da mulher e da assistência social. Assim, o que se observa atualmente é reflexo de processos históricos que contribuíram para a permanência do primeiro-damismo na gestão da assistência social brasileira. Como dito por Estevão (1992), no princípio do Serviço Social a Igreja e o Estado dividiram tarefas para promover a paz para a população, onde as “damas de caridade” surgem e trabalham a partir de caridades com a população. Com o avançar dos anos e a introdução do Serviço Social ao Brasil, Iamamoto e Carvalho (2006) destacam que o início da profissão no país estava ainda vinculado ao trabalho realizado por mulheres de forma vinculada às igrejas, mantendo princípios semelhantes aos das origens da profissão, sendo marcado por práticas assistencialistas.

Para a pesquisa foi adotado um viés exploratório, de abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa fundamentou-se na realização de pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a livros e artigos científicos disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, utilizando-se as seguintes palavras-chave: primeiro-damismo, feminização do Serviço Social, Serviço Social e gênero, e primeiro-damismo e Serviço Social. A partir da leitura e da análise crítica da produção científica, foi possível compreender o objeto de estudo e analisar a permanência do primeiro-damismo na Política de Assistência Social. A abordagem quantitativa foi elaborada a partir do levantamento, organização e análise dos dados referentes às Secretarias de Assistência Social, Estaduais e Municipais, do estado de Sergipe, possibilitando a identificação do perfil das e dos gestores, da presença de primeiras-damas nos cargos de gestão e da formação acadêmica desses sujeitos, com a apresentação dos resultados por meio

de gráficos.

O protagonismo das primeiras damas é abordado na historiografia como um papel secundário, um percurso permitido às mulheres em decorrência do papel principal dos Presidentes, Governadores e Prefeitos. O primeiro-damismo refere-se à atuação de muitas mulheres, que em virtude do casamento, ligaram-se ao universo político através dos mandatos de seus cônjuges e, por consequência desse elo, foram-lhes designadas funções femininas. A função de primeira-dama no Brasil, desde Mary Sayão Pessoa e Darcy Vargas, está atrelada ao desempenho de atividades benemerentes que visam o amparo e proteção de grupos sociais que vivem em situação de risco.

Para sua construção, foram selecionados os textos que se enquadram na perspectiva histórica, social ou política do objeto, a fim de corroborar com os objetivos específicos do estudo. A partir desta seleção de textos foi escolhido ordenar cronologicamente os acontecimentos, como exemplo: o surgimento do Serviço Social, a chegada do Serviço Social ao Brasil, o marco do primeiro damismo brasileiro com Darcy Vargas. Essa separação possui como finalidade acompanhar o processo de desenvolvimento da profissão e identificar a constância histórica do primeiro damismo, sua relação com gênero e suas contradições, apesar da evolução do Serviço Social ao decorrer dos anos.

A análise crítica dos conteúdos abordados nos textos é feita a partir da metodologia do materialismo histórico-dialético, apontando a influência histórica na prática do primeiro damismo nos livros e artigos definidos.

Quadro 1– Principais obras para a construção da pesquisa

Sobre o texto	Resumo
A RELAÇÃO DO PRIMEIRO-DAMISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise crítica dos primórdios até sua permanência na atualidade- Patrocina Maria de Oliveira Praça - 2021	Este artigo trata-se de uma análise bibliográfica baseado no método Materialismo Histórico Dialético, e tem como objetivo analisar a trajetória do primeiro-damismo e suas novas roupagens na atualidade, mostrando os impactos na gestão da política da assistência social no contexto histórico brasileiro. Portanto, buscou-se compreender o processo de construção do desenvolvimento histórico do primeirodamismo, analisando desde sua gênese relacionada às práticas assistencialistas e filantrópicas até aos dias atuais, apresentando as mudanças decorrentes da institucionalização do marco legal da assistência social, iniciado com a Constituição de 1988. Apontou-se que a cultura do primeiro-damismo tem permanecido nos dias atuais, sendo um dos desafios enfrentado para a efetivação

	da assistência social enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado, já que existe uma conservação das práticas tradicionalistas, atreladas ao trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas, que reforça a cultura do favor e do voluntariado.
A influência do “Primeiro-Damismo” na política de Assistência Social no governo local do município de Guaratuba. - Maria Cristina kupczyk - 2015	O tema pesquisado é o “primeiro-damismo”, e para que possamos entendê-lo, iniciamos com a história da formação da sociedade brasileira. A pesquisa foi realizada através de estudos para que pudéssemos investigar sua origem e seus fundamentos. A escolha do tema se deve que, durante o período da graduação, realizei o resumo de um capítulo do livro “As Primeiras-Damas e a Assistência Social – relações de gênero e poder” de Iraildes Caldas Torres, o interesse pelo tema foi imediato, o qual me levou a uma maior reflexão e estudo sobre o assunto durante a realização deste trabalho. A pesquisa foi realizada através de entrevistas, sendo que, pudemos refletir e compreender o papel das primeiras-damas dentro do contexto social brasileiro. Ao longo deste trabalho foram analisados e destacados alguns pontos, entre eles: o papel da mulher na sociedade patriarcal; histórico da assistência social no Brasil; Darcy Vargas e a fundação da LBA; Era Collor com o ressurgimento do primeiro-damismo; Ruth Cardoso; Assistência Social após a Constituição de 1988. Como resultado temos o entendimento do papel de uma primeira-dama .
PRIMEIRO-DAMISMO E O NEOCONSERVADORISMO: justificando a necessidade do estudo em defesa da seguridade social- Tiago Martinelli - 2022	Este trabalho apresenta a pesquisa em desenvolvimento sobre "Primeiro-damismo e o neoconservadorismo: interfaces entre o Serviço Social e a política de Assistência Social" que tem como objetivo desvendar o conservadorismo do primeiro-damismo no Brasil a partir da realidade das prefeituras das capitais e dos governadores, eleitos em 2020 e 2022 respectivamente, a fim de propor estratégias de formação profissional que promovam os direitos sociais nas diferentes instâncias das políticas sociais públicas. Será exposta parte da fundamentação teórica e a metodologia proposta. O estudo está em fase de discussão bibliográfica e de preparação para a coleta de informações.
SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão- Mirla Cisne - 2004	A marca da feminização no Serviço Social acompanha a profissão desde a sua gênese. Todavia, ela não se desenvolve espontaneamente e possui determinações histórico-concretas fundadas em uma cultura de subordinação das mulheres, com nítidos interesses de classe. Este fato pode ser percebido por meio da responsabilização das mesmas pela reprodução social, reforçando a naturalização de papéis conservadores de gênero. Nesta perspectiva, faz-se necessário apreender criticamente as formas de construção das relações entre gênero e Serviço Social na sociedade capitalista. Parte-se, então, da premissa que a feminização de determinados papéis, atividades e profissões faz parte de estratégias de produção e reprodução do capital voltadas para a desqualificação da força de trabalho, neste caso específico, da mulher. A busca por desvelar a essência destes fenômenos impõe, necessariamente, a utilização da matriz teórico-metodológica marxista. Para tanto, procura-se

	compreender as categorias gênero e divisão sexual do trabalho na dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas, de modo a contribuir para o alcance de subsídios concretos para a análise das relações de gênero na categoria profissional, bem como no seu público usuário. As dificuldades para que a categoria profissional perceba, resista e conseqüentemente se oponha às implicações do conservadorismo de gênero na profissão limitam o processo de renovação e valorização do Serviço Social e, também, a afirmação de seu compromisso com segmentos oprimidos e explorados da sociedade. Dentre estes segmentos, destacam-se as mulheres, que sofrem atualmente, dentre outras refrações da questão social, a chamada feminização da pobreza, fruto de desigualdades e subalternidades sofridas na sociedade.
--	---

A partir da análise dos textos apresentados no quadro acima, evidencia-se a relevância de abordar o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso. O primeiro-damismo é uma expressão da forma como o Estado responde às demandas da sociedade e que se aproxima do Serviço Social a partir da natureza da profissão na relação entre capital e trabalho. Além disso, esse fenômeno está historicamente vinculado ao assistencialismo e à reprodução de estereótipos de gênero, contribuindo para a consolidação de práticas e concepções que associam o cuidado às mulheres. Nesse sentido, manifesta-se por meio do processo de feminização da profissão e da naturalização do cuidado como uma atribuição feminina.

A permanência dessa prática está atrelada a fatores políticos e ideológicos, especialmente no contexto da ascensão do conservadorismo, que resgata valores tradicionais e reforça a influência das primeiras-damas na gestão da assistência social. Esse cenário compromete o caráter técnico e profissional do Serviço Social, favorecendo abordagens caritativas em detrimento de uma atuação pautada nos direitos sociais e na emancipação da população assistida.

A escolha do tema emerge de uma análise crítica das experiências vivenciadas em um estágio não obrigatório realizado em uma Secretaria de Assistência Social. Durante esse período, foram observadas práticas e discursos assistencialistas, especialmente por parte da Primeira-Dama do Estado, que também ocupa o cargo de Secretária de Assistência Social. Diante desse cenário, tornou-se essencial compreender o processo sócio-histórico da profissão e o contexto político brasileiro, a fim de analisar a permanência de contradições estruturais na atualidade. Desde a origem do Serviço Social, a presença da figura da primeira-dama na

condução da assistência social, frequentemente adotando uma perspectiva de caridade, representa uma contradição frente aos princípios e diretrizes que fundamentam a profissão.

Embora o tema seja abordado durante a formação em Serviço Social, sua discussão frequentemente se limita a uma abordagem histórica, sem estabelecer conexões mais diretas e críticas com a realidade contemporânea, o que dificulta a realização de análises mais aprofundadas sobre as formas pelas quais esse fenômeno se manifesta e se reproduz na atualidade. Desse modo, torna-se desafiador encontrar pesquisas e dissertações que analisam essa questão no contexto atual, de forma que o material de análise seja escasso. A articulação entre teoria e prática revela-se fundamental, uma vez que a atuação da Secretaria de Assistência Social reflete diretamente as diretrizes das políticas públicas e influencia significativamente o exercício profissional dos assistentes sociais. Esse cenário se agrava diante do avanço do conservadorismo, do desmonte na formação acadêmica e da expansão de cursos de ensino a distância com menor carga horária, os quais, muitas vezes, não promovem uma formação crítica aprofundada, evidenciando as implicações do neoliberalismo sobre a profissão.

Este estudo visa aprofundar a análise crítica acerca da presença de primeiras-damas em posições de liderança nas políticas de assistência social, destacando as implicações desse fenômeno para o campo da política pública e da assistência social. Ao observar a ocupação desses cargos por figuras predominantemente associadas a um perfil não técnico e com um discurso assistencialista, o trabalho busca refletir sobre os efeitos dessa prática, que muitas vezes prioriza abordagens caritativas e de cunho assistencialista em detrimento de políticas sociais estruturantes, que demandam uma visão mais aprofundada e comprometida com os direitos e com a emancipação da população em situação de vulnerabilidade.

Reconhece-se que a importância de se ocupar tais cargos com profissionais qualificados é inquestionável. O Serviço Social, enquanto profissão, exige conhecimentos teóricos e práticos que contribuem para a compreensão crítica da realidade social e para a formulação, gestão e execução de ações voltadas à garantia de direitos. A ocupação de cargos de confiança e gestão no serviço público relacionados às políticas públicas por pessoas sem a devida formação técnica e compromisso com os princípios que orientam essas políticas pode resultar em ações superficiais e de caráter paliativo, que não enfrentam as causas estruturais das desigualdades sociais. Dessa forma, o estudo busca evidenciar a necessidade de maior qualificação dos gestores e a importância de garantir que as decisões relacionadas à

assistência social sejam tomadas por profissionais que compreendam os desafios sociais e as nuances políticas envolvidas na implementação de políticas públicas eficazes.

Além disso, o estudo busca estimular a reflexão sobre alternativas para a superação dessa situação. Uma das sugestões é o fortalecimento das políticas afirmativas, que podem contribuir para garantir a inserção de profissionais qualificados nas diversas esferas da administração pública. A realização de concursos públicos específicos, com critérios rigorosos que priorizem a formação técnica e a experiência prática, também se apresenta como uma possível solução para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Somado a isso, é fundamental identificar as lacunas e os desafios dentro deste campo de pesquisa, proporcionando assim uma base sólida para o desenvolvimento de novas abordagens que possam, de fato, transformar a assistência social em uma política efetiva de inclusão e justiça social.

Portanto, este estudo não se limita a questionar a ocupação de cargos públicos por primeiras-damas, mas busca também contribuir para as reflexões acerca do aprimoramento da gestão da assistência social, destacando a relevância da qualificação técnica e do compromisso com a efetivação dos direitos socioassistenciais na condução das políticas públicas.

Para compreender a complexidade do tema e sua relevância histórica e social na contemporaneidade, este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro seções: introdução, desenvolvimento, dividido em dois capítulos, e considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado **"Gênero, Capitalismo e Patriarcado no Brasil"**, tem como objetivo analisar a relação entre as desigualdades de gênero, o sistema capitalista e as estruturas patriarcais presentes na sociedade brasileira. Para isso, busca compreender como essas dimensões foram historicamente construídas e articuladas, influenciando a divisão social dos papéis atribuídos a homens e mulheres, bem como as relações de poder que permeiam a formação social brasileira.

O segundo capítulo, denominado **"Primeiro-damismo e Assistência Social na Contemporaneidade"**, discute o processo de construção e consolidação da Assistência Social como política pública no Brasil, abordando sua trajetória histórica e os desafios presentes em sua efetivação. Além disso, analisa a permanência do primeiro-damismo na gestão da política de assistência social, com destaque para a realidade de Sergipe, buscando

compreender como práticas conservadoras ainda se manifestam nesse campo e influenciam a organização e a execução das ações socioassistenciais.

Por fim, nas Considerações Finais, são retomadas as principais discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, apresentando reflexões acerca das relações entre gênero, patriarcado, assistência social e primeiro-damismo, bem como dos desafios para a consolidação da assistência social enquanto política pública de direito. Além disso, são discutidos os resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas sobre a composição das Secretarias de Assistência Social dos estados brasileiros e dos municípios sergipanos, buscando relacionar os dados coletados às discussões teóricas desenvolvidas ao longo do estudo.

CAPÍTULO 2- GÊNERO, CAPITALISMO E PATRIARCADO NO BRASIL

O capítulo tem a finalidade de apresentar alguns elementos do modo de produção capitalista, especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e a opressão e dominação das mulheres na relação com o processo de acumulação capitalista.

Neste capítulo um dos eixos terá mais foco: o patriarcado, onde será discutido o seu significado e sua relação direta com o capitalismo, evidenciando as questões de gênero e trabalho. A partir dessa visão ampla, ao decorrer do texto será trazido uma abordagem mais específica, sobre as mulheres brasileiras, que apesar de pertencerem a uma sociedade capitalista e patriarcal, com muitas dificuldades, foram essenciais para o desenvolvimento do Brasil.

2.1 Patriarcado como eixo de sustentação do Capitalismo

O sistema social-econômico-vigente na sociedade mundial na contemporaneidade é o capitalismo, este surgiu ao fim do sistema feudal no século XV. Para que o sistema capitalista se estabelecesse na sociedade moderna, foi necessária uma transição milenar e gradual a partir de outros sistemas econômicos e sociais. Ao longo da história, a humanidade passou por diversas evoluções sociais e avanços técnicos e econômicos, que foram fundamentais para moldar as bases do capitalismo como o conhecemos hoje.

Segundo Netto e Braz (2006), as primeiras comunidades humanas eram conhecidas como comunidade primitiva, estas sobreviviam da caça e da coleta, consumindo apenas o necessário, pois não possuíam meios para armazenar alimentos. Com o tempo, desenvolveram ferramentas rudimentares, iniciaram a agricultura e domesticaram animais, possibilitando a transição para o sedentarismo. Esse avanço levou à produção de excedentes, transformando as relações sociais e econômicas da época, desse modo:

O surgimento do excedente econômico – sinalizando o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho e apontando para as trocas entre os grupos humanos – e a sua apropriação por aqueles que passaram a explorar os produtores diretos levaram à dissolução da comunidade primitiva. (Netto e Braz, 2006, p. 44).

Os autores dão continuidade ao processo de analisar a transição histórica entre os modos de produção, destacando que o fim da comunidade primitiva deu origem ao modo de produção escravista. Esse sistema surgiu com o excedente econômico, levando à escravização

para ampliar a acumulação de riquezas, através do uso de violência e privação de liberdade dos indivíduos. A sociedade passou a dividir-se então, entre proprietários de terras, escravizados, camponeses e artesãos.

Com o avanço do comércio e a consolidação do dinheiro como meio de troca, ocorreram transformações nas formas de organização da produção e do trabalho, favorecendo a transição para o sistema feudal. Nesse contexto, o trabalhador livre tornou-se mais atrativo, pois os escravizados resistiram à sua condição, enquanto os trabalhadores livres ofereciam maior eficiência e menor necessidade de coerção, desse modo ocorreu a transição para o sistema feudal, consolidou-se no século XI com base na posse da terra, dividindo a sociedade entre senhores feudais e servos. Estes últimos trabalhavam em troca de proteção, pagando tributos aos senhores e à Igreja, mesmo sendo explorados se diferenciavam por terem acesso a instrumentos de trabalho e parte da produção para subsistência. O comércio ganhou força durante essa era e foi impulsionado pelas Cruzadas, rompendo a economia autossuficiente dos feudos e fortalecendo o uso do dinheiro. Nesse contexto, comerciantes e mercadores emergiram como uma nova classe social voltada para o lucro, formando a burguesia, que, a partir do século XVI, contribuiu para o colapso do feudalismo. (Netto e Braz, 2006).

Durante a transição do sistema feudal para o capitalismo, ocorreram alguns processos significativos na história, como: o êxodo rural, que foi a migração em massa da população camponesa para as cidades em busca de novas formas de sustento, que gerou uma ampla disponibilidade de mão de obra. Outro fator relevante foi a criação e implementação da maquinaria nas fábricas, que segundo Marx (2013) servia para:

(...)ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor. (Marx, 2013, p. 548).

Esses foram um dos fatores determinantes para a consolidação do sistema capitalista. Esses movimentos, aliados à industrialização na Inglaterra e à ampla disponibilidade de mão de obra, impulsionaram a Revolução Industrial no século XIX. A partir desse contexto, o capitalismo se fortaleceu e se tornou o modelo econômico predominante, perdurando até os dias atuais.

O Modo de Produção Capitalista (MPC), ganhou notoriedade a partir da Revolução Industrial na Inglaterra e rapidamente foi se alastrando para os outros países, principalmente

da Europa. Segundo (Netto e Braz 2006), esse modelo de produção possui como principal foco gerar lucro e para alcançar esse objetivo ele se baseia em um sistema de divisão de classes, no qual há o capitalista, que também pode ser chamado de burguês. Este detém o acúmulo de riquezas e é o proprietário dos meios de produção, que segundo os autores é “tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho” (Netto e Braz, 2006, p. 39). Existe também o proletariado, que pode ser chamado de trabalhador, este por vez não possui os bens que os burgueses, possuindo como única forma de adquirir recursos financeiros, para sobreviver, a venda da sua força de trabalho (sua mão de obra).

Assim como Netto e Braz (2006), os autores Iamamoto e Carvalho (2006) discutem o surgimento e o funcionamento do capitalismo na sociedade a partir de uma perspectiva marxista. Em suas análises, apresentam argumentos que corroboram e fortalecem o posicionamento defendido por Netto e Braz (2006), destacando que:

A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção.(Iamamoto e Carvalho, 2006, p.40).

Assim, “no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho” (Netto e Braz, p.58, 2006). O lucro tão almejado pelos capitalistas é concebido através da produção e da venda de mercadorias, essas por sua vez são produzidas nas fábricas, que são os meios de produção pertencentes aos capitalistas, através do uso da mão de obra barata do proletariado, gerando uma mais-valia, que somada a venda, é transformada em lucro aos burgueses, entretanto acarreta em um salário ínfimo aos trabalhadores. (Netto e Braz, 2006).

Iamamoto e Carvalho reforçam esse pensamento, afirmando que:

O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital; deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a incorporação da força de trabalho viva que conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria novos valores.(Iamamoto e Carvalho, 2006, p.36).

Para garantir a manutenção do sistema capitalista, é fundamental a adoção de diversas estratégias para que suas estruturas consigam se manter sustentadas. Uma dessas estratégias é a consolidação do patriarcado na sociedade, que estabelece uma lógica de divisão de gênero, marcada pela normalização social de somente homens ocuparem locais de ascensão social,

econômica e de trabalho, já as mulheres deveriam sempre manter-se subalternas dos homens (pais, maridos, chefes) e ocupar espaços sociais menos relevantes e reconhecidos, seguindo assim a lógica de Souza (2015, p. 476), onde “A supremacia masculina e o capitalismo são as principais determinações na constituição da opressão da mulher”.

Assim como Souza (2015), Federici (2017) compreende que o capitalismo se estrutura a partir da divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres não apenas posições subordinadas no mercado de trabalho, mas também a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado. A autora destaca que, mesmo durante a expansão do trabalho fabril, grande parte das mulheres permanecia fora das fábricas ou abandonava o trabalho assalariado após a maternidade, em razão da permanência das responsabilidades domésticas e do cuidado com a família. Desse modo, evidencia-se que a inserção feminina no trabalho produtivo nunca significou a superação da exploração no âmbito reprodutivo, mas a acumulação de funções socialmente atribuídas às mulheres.

Além disso, Federici (2017) critica a análise de Marx por não reconhecer o trabalho doméstico e reprodutivo como parte essencial da reprodução da força de trabalho. Segundo a autora, atividades como preparar alimentos, lavar roupas, cuidar dos filhos e garantir a reprodução cotidiana da vida permanecem invisibilizadas, embora sejam indispensáveis para a manutenção do próprio sistema capitalista. Dessa forma, o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres constitui uma condição fundamental para a reprodução da força de trabalho e, consequentemente, para a continuidade da acumulação capitalista.

Desde o surgimento do capitalismo até os dias atuais, observa-se uma disparidade significativa quanto ao gênero dos detentores dos meios de produção e das riquezas, os quais eram e ainda são majoritariamente homens. As mulheres acabam historicamente direcionadas a trabalhos menos remunerados e com uma obrigação socialmente imposta aos afazeres domésticos. Como aponta Cisne (2004), a continuidade do capitalismo depende dessa distinção de gênero, pois às mulheres são atribuídas funções consideradas "femininas", com trabalhos que não exigissem força braçal, que eram invisibilizadas e tratadas como uma extensão de um suposto "dom feminino", além de serem mal remuneradas, elas também eram direcionadas ao trabalho doméstico e à responsabilidade pelo lar e pelos filhos, o que reforçava a desigualdade de gênero, além de ser beneficiário para o capital, pois segundo Souza:

No magistério, o capital mostra seu interesse pelo trabalho das mulheres motivado pelo barateamento de força de trabalho, visto que como estas eram

especialistas em cuidar de suas próprias crianças, não seria necessário investimento em formação de educadores. (Souza, 2015, p.481).

Além dos aspectos já mencionados, relacionando as mulheres ao trabalho, no sistema capitalista há a imposição social das mulheres se casarem e terem filhos para construírem uma família, o que não é um fator meramente social, mas uma necessidade da manutenção da ordem capitalista, pois para o MPC funcionar é necessário que haja mão de obra disponível para vender a sua força de trabalho, para que assim ocorra a produção e venda de mercadorias. À medida que mulheres não se casem e não tenham filhos, o capital perde sua forma de conseguir lucro.

Engels (2020) analisa de forma aprofundada as transformações estruturais na formação da família ao longo da história, onde ao decorrer dos séculos o molde do que se entendia por família se adaptava às necessidades da época, mostrando como sociedade deixou de ter relações e casamentos incestuosos e adere ao modelo monogâmico para suprir as novas demandas que surgiam. A partir dessa evolução, o autor estabelece uma conexão entre a subordinação da mulher no novo contexto monogâmico aderido pela sociedade capitalista moderna com o surgimento da propriedade privada, evidenciando como os casamentos da época se desenvolveram em paralelo à consolidação desse conceito. Segundo o autor esses conceitos se entrelaçam, pois esse modelo “Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada” (Engels, 2020, p.78).

Desse modo com o surgimento da propriedade privada e com a ascensão do capitalismo, nasce a necessidade do acúmulo de riquezas, que será efetuado a partir da instauração de uma família nuclear, formada por um marido provedor da casa, possuindo riquezas, propriedades e status, e por uma mulher que deve ser subordinada ao seu cônjuge, apenas gerando seus filhos e cuidando da casa, pois “A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos - as de um homem- e do desejo de transmitir essas riquezas por herança, aos filhos desse homem (...)” (Engels, 2020, p. 91), dessa forma “A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (Engels, 2020, p. 79). Assim teve início o processo de exploração decorrente da divisão sexual do trabalho, o que contribuiu para a consolidação de uma estrutura patriarcal associada ao acúmulo de capital e à concentração de poder em grupos sociais restritos. Esse domínio foi perpetuado ao longo das gerações, garantindo a manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

2.2 Dimensões de gênero e poder na formação do Brasil

O Brasil, como um país colonizado, apresenta características resultantes de sua formação sócio-histórica. O processo de colonização contou com a influência e participação de diversos países, no entanto, Portugal foi o principal agente na ocupação e estruturação do território brasileiro.

A chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu no contexto das Grandes Navegações, impulsionadas pela Revolução Comercial, período em que as nações européias passaram a valorizar o comércio de longa distância e buscar novas terras para ampliar seus lucros, o que a autora considera como um pré capitalismo, pois começa a ideia de produzir mais que o necessário para consumo e sim para gerar e acumular o lucro, que foi possível graças às novas tecnologias desenvolvidas na época, que tornaram possível a construção de embarcações mais eficientes para a busca de novas terras para explorar, na qual Portugal invadiu terras já habitadas por povos indígenas, que possuíam culturas e sistemas organizacionais próprios, para se apropriar das riquezas naturais aqui ofertadas (Silva, 2010).

A colonização estabeleceu um modelo econômico baseado na exploração, no qual a mão de obra indígena foi sistematicamente violentada e dizimada. Paralelamente, a escravização de povos africanos foi imposta para sustentar a produção e gerar riquezas para a metrópole. Dessa forma, a estrutura colonial portuguesa não apenas explorou os recursos naturais, mas também oprimiu e desumanizou as populações originárias e africanas, apagando suas línguas, culturas e direitos à liberdade, impondo seu modo de vida, sua cultura e religião.

Embora seja fundamental retratar e reconhecer as múltiplas formas de violência sofridas por mulheres indígenas e mulheres negras escravizadas durante o processo de formação do Brasil, é extremamente importante valorizar o protagonismo histórico dessas mulheres, que é frequentemente apagado pelos registros históricos e invisibilizado pela sociedade. Segundo Moura (2022) e Tarantino (2023), as mulheres indígenas desempenharam um papel indispensável na formação territorial do país, contribuindo ativamente para o mapeamento das terras brasileiras. Algumas delas chegaram a liderar expedições ao lado de colonizadores portugueses, por acabarem oferecendo menos conflitos e uma violência direta, embora essa participação tenha sido pouco registrada nos documentos oficiais, onde eram citadas de maneiras breves sem aprofundamento. Os mapas elaborados na época refletiam, de forma indireta, os saberes dos povos originários, especialmente das mulheres, que possuíam

conhecimentos sobre a agricultura, o preparo dos alimentos e o artesanato. Esses registros destacavam, sobretudo, a localização de rios e fontes de alimentos, elementos diretamente relacionados à vivência cotidiana dessas mulheres.

De forma semelhante, as mulheres negras escravizadas, conforme destacam Cisne e Ianael (2022), não se limitavam à condição de submissão imposta pela escravidão. Pelo contrário, eram símbolos de resistência e atuação política, contrariando o senso comum de boa parte da população, que tendem a retratá-las como passivas frente à violência e às condições de vida impostas. Esse apagamento histórico impede que sejam reconhecidas como sujeitos de extrema relevância nas ações de resistência no Brasil durante o período escravocrata.

No contexto da escravização no país, segundo as autoras, as chamadas “escravizadas de ganho” elaboravam estratégias de fuga e buscavam conquistar sua liberdade. Atuando em espaços urbanos para cumprir atividades determinadas por seus senhores, conseguiam, em alguns casos, economizar recursos para comprar a própria alforria. Além disso, trocavam informações com outras mulheres na mesma condição e utilizavam seus conhecimentos sobre o território para planejar fugas. As autoras destacam ainda que “as mulheres foram figuras importantes para a estruturação de quilombos, assim como na sua organização política e no desenvolvimento de resistências nos mesmos” (Cisne e Ianael, 2022, p. 198).

Desse modo, diversas características foram herdadas do processo de colonização no Brasil, entre elas a disseminação de um modelo familiar difundida pelos colonizadores, baseado na união entre um homem, uma mulher e seus filhos. Historicamente, essa configuração foi apresentada como o padrão familiar legítimo e socialmente esperado, influenciando a formação de valores e práticas sociais, embora não represente a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade. Segundo Souza (2015, p. 476) “O patriarcado – entendido como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais – se constitui junto com as sociedades de classes, o que significa dizer que precede o modo de produção capitalista (...)”, o que fez com que a chegada da sociedade europeia no país já trouxesse com si a ideia de patriarcado e a divisão de gênero. Apesar do início da formação do Brasil já carregar distinções gritantes de homens e mulheres, que perduram e se expressam de diversas formas até os dias atuais, as mulheres se mostraram extremamente importantes no desenvolvimento do país, passando por diversas dificuldades, salários baixos e repressões sociais.

No período do Brasil Império, durante a ocupação portuguesa, a Imperatriz Leopoldina teve um papel fundamental no processo de independência do país. De acordo com Kupczyk (2015), sua influência e participação política foram determinantes para o rompimento entre Brasil e Portugal, tornando-a uma figura central na história política da época.

Nomeada Chefe de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil, Leopoldina adquiriu poderes legais para governar em momentos de ausência de Dom Pedro I. Sua atuação política tornou-se ainda mais relevante durante os conflitos com a Coroa Portuguesa, que pressionava Dom Pedro I a retornar a Portugal para restabelecer o domínio colonial. Nesse contexto, Leopoldina demonstrou habilidade política ao se aliar ao Conselho de Estado, onde desempenhou um papel ativo nas decisões que acarretaram na separação definitiva entre os dois países ao assinar o termo de independência do Brasil, oficializando essa ruptura. Esse marco ficou conhecido como a primeira representação do primeiro-damismo no país (Kupczyk, 2015). Apesar do grande feito de Leopoldina, se faz mister ressaltar que suas conquistas foram possíveis porque ela fazia parte da elite do país, mas quem ainda estava na base do desenvolvimento do Brasil eram milhares de mulheres e homens escravizados.

Após o período do Brasil Império, o país passou por diversas transformações que marcaram seu desenvolvimento. Entre elas, a industrialização que se destacou como um dos processos mais impactantes, especialmente com a implantação das fábricas no território brasileiro. Durante as primeiras décadas do século XX, esse avanço trouxe mudanças significativas na composição da estrutura social e econômica da época.

De acordo com Rago (2007), grande parte do proletariado industrial que ocupava as primeiras fábricas do país, eram as mulheres e crianças, sendo um número significativo de imigrantes. Essas trabalhadoras eram a maioria na indústria têxtil, entretanto elas enfrentavam condições extremamente precárias, essas mulheres recebiam salários muito baixos, muitas vezes trabalhando em casa para completar a renda doméstica, trabalhando uma quantidade exorbitante de horas, e em muitos casos, viam-se obrigadas a recorrer à prostituição para conseguir suprir suas necessidades básicas, além de assédios sexuais, desqualificação física e mental. A autora também cita como essa dura realidade vivida pelas mulheres fez com que ocorresse diversas greves, mobilizações e lutas pelos seus direitos. Porém, apesar dos posicionamentos, não eram levadas a sério pela população masculina, sendo feitas de chacota e possuindo seus posicionamentos invalidados.

A significativa participação feminina nas fábricas e suas manifestações sociais não se mantiveram por muito tempo. Com o avanço da industrialização e a consolidação do capitalismo, fizeram com que a classe burguesa implementasse com mais precisão o

conservadorismo e o patriarcado, que passaram a exercer uma influência ainda mais forte na sociedade, resultando na exclusão gradual das mulheres do mercado de trabalho. Inicialmente, essa marginalização ocorreu por meio da desvalorização do trabalho feminino e da descrença em suas habilidades, mas foi se tornando um aspecto social, onde uma mulher trabalhar fora de casa poderia ferir a honra feminina, assim manchando a aparência da família. Se tornou simbolicamente importante que, os homens se tornassem a autoridade familiar e as mulheres procurassem bons partidos para se casar e construir uma família (Rago, 2007, D’Incao, 2007), o que tornava as mulheres ainda mais dependentes, pois eram incentivadas a manterem-se no seio familiar e não possuir poder aquisitivo. A autora destaca sobre a grande onda de moralidade:

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (Rago, 2007, p.585).

Que foi compreendido por Souza (2015) como:

O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica. (Souza, 2015, p. 479)

Essa realidade só pode ser aplicada efetivamente nas famílias pertencentes à burguesia, nas famílias pobres todos os integrantes precisavam trabalhar para conseguir, Rago (2007, p.589), aponta que essas mulheres que pertenciam ao proletariado “eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e prostituição”. Desse modo criou-se este estigma sobre mulheres e trabalho, que mesmo se dissolvendo lentamente ao decorrer das décadas, ainda reflete muitos preconceitos vividos na sociedade moderna, de forma em que muitas mulheres ainda possuem salários menores que os homens e ainda possuem duplas jornadas de trabalho, algo socialmente imposto, por acreditarem que as mulheres possuem de sua natureza o cuidado e zelo pela família.

CAPÍTULO 3- PRIMEIRO DAMISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 O reconhecimento da Assistência Social Enquanto Política Pública

Para compreender a Política Assistência Social e a relevância de sua implementação no contexto das políticas públicas brasileiras, torna-se necessário analisar o processo histórico e social que possibilitou seu surgimento e sua consolidação.

Cabral e Paiva (2020) iniciam essa discussão abordando a origem dos sistemas de proteção social a partir da instauração e do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Segundo as autoras, as transformações econômicas e sociais decorrentes desse sistema geraram demandas que impulsionaram a construção de diferentes mecanismos de proteção social. Contudo, tais mecanismos não surgiram de forma espontânea, mas como resultado das lutas sociais travadas pela classe trabalhadora em defesa da ampliação de direitos.

Esses direitos se efetivaram por meio de políticas sociais e foram vinculados a um conjunto de ações por meio dos aparatos institucionais do Estado, e que

contraditoriamente, além de atender as necessidades dos trabalhadores, contribuíram para o crescimento da exploração da força de trabalho e consequentemente, para equilibrar a insatisfação com os altos níveis de desigualdade social. (Cabral e Paiva, 2020, p.3).

Nessa perspectiva, observa-se que as políticas sociais se constituem em meio às contradições próprias da sociedade capitalista, uma vez que, ao mesmo tempo em que representam conquistas da classe trabalhadora, também desempenham funções relacionadas à manutenção da ordem social e da dinâmica de acumulação do capital.

Iamamoto e Carvalho (2006) contribuem para essa discussão ao analisarem as origens do Serviço Social no Brasil e os elementos que posteriormente influenciaram a constituição da Política de Assistência Social. Segundo os autores, o surgimento da profissão ocorreu como resposta às necessidades produzidas pelas expressões da questão social. Em seus primeiros momentos, a atuação profissional possuía um caráter voltado para a mediação dos conflitos sociais, buscando amenizar as tensões vivenciadas pela classe operária, principal afetada pelas desigualdades produzidas pelo capitalismo.

Nesse contexto, a institucionalização da profissão ocorreu a partir da atuação de grupos específicos da sociedade, especialmente vinculados à Igreja Católica. Conforme afirmam os autores, o Serviço Social “Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica” (Iamamoto e Carvalho, 2006, p. 127). Dessa forma, torna-se evidente que as bases iniciais do Serviço Social e das práticas assistenciais estavam fortemente associadas aos interesses das classes dominantes, distanciando-se da perspectiva de garantia de direitos sociais para a classe trabalhadora.

Silva *et al.* (2019) abordam o processo histórico da Política de Assistência Social e destacam que a década de 1930 representou um período de grande relevância para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Nesse contexto, o país vivenciava a chamada Era Vargas, período correspondente ao governo de Getúlio Vargas, marcado por significativas transformações nos âmbitos industrial, econômico, social e político. Entretanto, tais avanços ocorreram em meio às contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, conforme apontam as autoras:

O modo como o capital se acumula produz uma massa trabalhadora disponível muito maior do que é necessário à sua acumulação o que vai gerar uma massa de trabalhadores que só dispõe para sua sobrevivência da venda da sua força de trabalho. (Silva *et al.*, 2019, p. 18)

Desse modo, o crescimento industrial e econômico observado no país estava intrinsecamente relacionado ao agravamento das desigualdades sociais. As autoras ressaltam que, paralelamente aos avanços econômicos, ocorreu o aumento das expressões da questão social, evidenciado pelo crescimento populacional nas áreas urbanas, pela expansão das favelas, pelos baixos salários e pelas precárias condições de trabalho enfrentadas pela classe trabalhadora. Além disso, o Estado ainda se recusava a reconhecer a questão social como objeto de intervenção pública, limitando sua atuação à regulação do mercado, sem interferir nos conflitos estabelecidos entre trabalhadores e empregadores.

o crescimento populacional nas áreas urbanas, que fez eclodir no crescimento de favelas, os baixos salários dos trabalhadores que fazia com que esses não conseguissem manter sua subsistência, bem como as precárias condições de trabalho e um Estado que se recusava a reconhecer a Questão social, ou seja, o Estado deixava de intervir nos conflitos gerados nas relações trabalhadores versus empregadores ficando somente com a função de regular o mercado. (Silva *et al.*, 2019, p. 18).

A questão social passa a ser reconhecida pelo Estado como objeto de intervenção política a partir da década de 1930, durante o governo Vargas. Antes desse período, os direitos estavam diretamente relacionados à posição ocupada pelos indivíduos no sistema produtivo. Assim, apenas aqueles que possuíam ocupação formal eram reconhecidos como cidadãos, enquanto os demais eram frequentemente classificados como vadios e excluídos da proteção estatal.

O período entre 1930 e 1954 foi marcado pela ampliação das iniciativas de proteção social, destacando-se a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), em 1933. Tais medidas representaram importantes avanços na proteção dos trabalhadores. Contudo, conforme destacam Silva *et al.* (2019), os progressos relacionados à consolidação de políticas públicas universais ainda eram limitados.

A partir de 1938, observa-se uma mudança mais significativa no cenário da assistência social brasileira. Segundo Silva *et al.* (2019), nesse ano foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), “(...) sendo esta a primeira forma de intervenção concreta do estado

brasileiro institucionalmente organizada.” (Silva *et al.*, 2019, p. 19). A instituição tinha como principal objetivo auxiliar o Estado nas questões relacionadas à Assistência Social. Dois anos após sua criação, em 1940, Darcy Vargas, então primeira-dama do país, assumiu a direção da LBA em um contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a instituição passou a prestar assistência às famílias dos soldados e à população em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de auxílios emergenciais que permaneceram até o pós-guerra.

As autoras destacam que a atuação de Darcy Vargas estava alinhada à lógica do primeiro-damismo, caracterizada por práticas filantrópicas e pela valorização da caridade como forma de intervenção social. Nessa perspectiva, a assistência era concebida como uma ação benevolente, contribuindo também para o fortalecimento político da figura do governante.

Oliveira e Alves (2020) também discutem a temática do primeiro-damismo no Brasil e apontam que Darcy Vargas não apenas reforçou a associação entre o cuidado e o papel social atribuído às mulheres, como também contribuiu para legitimar e ampliar a participação das primeiras-damas no campo político. Para isso, convidou diversas mulheres pertencentes à elite brasileira, como a Senhora Gaspar Dutra e a Senhora Salgado Filho, entre outras representantes de famílias tradicionais da burguesia nacional, para compor os setores da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Esse cenário evidencia a permanência de características presentes desde os primórdios do Serviço Social no Brasil, nas quais mulheres brancas pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade eram apresentadas como figuras altruístas e moralmente vocacionadas para a prática da caridade. Dessa forma, a assistência social permanecia fortemente vinculada a ações filantrópicas e à lógica do favor, distanciando-se da perspectiva da garantia de direitos sociais.

Nas décadas seguintes, o Brasil passou por diversas transformações e desafios nos âmbitos político, econômico e social. De acordo com Silva *et al.* (2019), a década de 1950 foi marcada por intensas turbulências nesses campos. Nesse período, o país vivenciou um acelerado processo de urbanização e industrialização. Em contrapartida, a burguesia encontrava-se fragilizada diante da crescente força e resistência do proletariado. Nesse contexto, a luta de classes ganhou maior visibilidade, impulsionada pela organização dos

movimentos populares e da classe trabalhadora, que passaram a se mobilizar coletivamente em defesa de seus direitos e reivindicações.

As autoras destacam que, na sequência desses acontecimentos, instaurou-se no Brasil o regime militar, que perdurou entre os anos de 1964 e 1985. Nesse período, o país passou por um processo de modernização econômica e ampliação do mercado interno. Paralelamente, observou-se a expansão das políticas sociais. Contudo, tais políticas foram desenvolvidas sob uma perspectiva conservadora, caracterizada pela ampliação de determinados direitos sociais ao mesmo tempo em que restringia direitos civis e políticos da população. Conforme apontam as autoras:

(...) a privação de liberdade democrática manifestada em ações de censura, prisão e tortura para aqueles que tinham opinião contrária ao regime, estes buscaram sua adesão e legitimidade na expansão e modernização das políticas sociais (...) (Silva *et al.*, 2019, p. 20).

Dessa forma, o regime militar buscava obter legitimidade e apoio popular por meio da modernização das políticas sociais, utilizando-as como instrumento de manutenção da ordem social e fortalecimento do próprio sistema. Entre as principais medidas implementadas nesse período, desta-se:

(...) em 1966 estes unificaram e centralizaram a previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ao qual em 1967 incorporou os acidentes de trabalho, ampliou a previdência aos trabalhadores rurais através do Funrural, e intercorreu no enquadramento das empregadas domésticas em 1971, dos jogadores de futebol em 1972 e dos autônomos em 1973. (Silva *et al.*, 2019, p. 20).

Nesse sentido, observa-se que as políticas sociais durante a ditadura militar assumiram, em grande medida, uma função de controle social e de legitimação do regime. Esse cenário começou a se transformar apenas após o encerramento do período ditatorial. Segundo Silva *et al.* (2019), um dos principais marcos desse processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada um importante avanço para a sociedade brasileira.

Foi a partir dela que a Assistência Social passou a ser reconhecida como uma política pública e um direito de cidadania. Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a integrar o sistema de Seguridade Social brasileiro, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, formando o tripé responsável pela proteção social no país. Esse reconhecimento representou um avanço significativo na consolidação dos direitos sociais e na ampliação da responsabilidade do Estado na garantia da proteção à população.

A partir desse marco constitucional, a Assistência Social passou por importantes conquistas e transformações. Silva *et al.* (2019) destacam que, em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), responsável por regulamentar a assistência como política pública de proteção social. A partir da LOAS, iniciou-se um processo de ruptura com a concepção filantrópica e assistencialista historicamente associada à assistência social, passando a compreendê-la como dever do Estado e direito do cidadão. Nesse sentido, a assistência social passa a ser entendida como “um instrumento de reivindicação de proteção social pública, que tem por objetivo a busca por uma sociedade igualitária e o combate à pobreza absoluta, e à exclusão social.” (Silva *et al.*, 2019, p. 21).

Entretanto, as autoras ressaltam que a aprovação da LOAS, por si só, não foi suficiente para romper completamente com as concepções assistencialistas historicamente presentes na área. Permaneciam contradições relacionadas à compreensão e à operacionalização da política, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades sociais da população.

Com o objetivo de superar essas limitações e concretizar os princípios estabelecidos pela LOAS, foi criada, em setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Conforme destacam Cabral e Paiva (2020), a PNAS foi concebida com a finalidade de fortalecer a integração dos serviços socioassistenciais e promover uma articulação mais efetiva entre a Assistência Social e as demais políticas públicas brasileiras.

Por fim, Silva *et al.* (2019) apontam que a consolidação da Assistência Social como direito de cidadania ocorreu em 2005, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O sistema foi criado com o objetivo de materializar os princípios e diretrizes previstos na PNAS, promovendo uma nova forma de organização da política de assistência social no país.

A partir da criação do SUAS, foram estabelecidos novos modelos de estruturação e

gestão dos serviços socioassistenciais, bem como mecanismos voltados à qualificação dos trabalhadores, ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas. Desse modo, “A Assistência Social passa então a definir suas ações em Proteção Social Básica e Proteção Social Especializada.” (Silva *et al.*, 2019, p. 21).

3.2 Primeiro Damismo e Assistência Social

A assistência social no Brasil passou por um processo longo e gradual de evolução, marcado por lutas e reivindicações que, ao longo das décadas, possibilitaram sua consolidação no modelo atual. Segundo Praça (2021), as práticas iniciais estavam fortemente vinculadas à filantropia e ao assistencialismo, desempenhadas principalmente pelas chamadas “damas da caridade”. Com o passar do tempo e os avanços conquistados na área, observa-se a permanência de marcas dessas raízes históricas no desenvolvimento da assistência social. Nesse contexto, a atuação dessas mulheres, antes restrita ao âmbito privado, foi ressignificada e incorporada ao espaço público, dando origem ao papel das chamadas primeiras-damas, cuja presença passou a estar associada às demandas sociais e à execução de práticas voltadas ao atendimento da população.

Nessa mesma perspectiva, Martinelli (2022) também discute o fenômeno do primeiro-damismo no contexto contemporâneo brasileiro. O autor destaca que essas primeiras-damas são, em geral, cônjuges de governantes, os quais acabam por indicá-las ou colocá-las em cargos, a partir disso se faz:

Importante verificar que dentre os espaços em que se vinculam as primeiras-damas estão as secretarias ou departamentos de pastas, que implicam as políticas sociais públicas e as de representação política nas instâncias de controle social, principalmente os conselhos de políticas públicas. (Martinelli, 2022, p.4).

Essa movimentação de primeiras-damas ocuparem esses cargos ocorre com muita frequência na política brasileira. Essa prática está tão enraizada que, ao testemunhar este ocorrido, a população tende a normalizar e não questionar. A naturalização dessas mulheres ocuparem tais espaços vêm se construindo ao longo do tempo, uma vez que:

Na sociedade predominantemente capitalista no contexto histórico brasileiro em que os indivíduos estão inseridos, não se causa estranheza o fato de a esposa de governante, intitulada como primeira-dama, ocupar o cargo de gestão na assistência social, pois foi incutido no imaginário da população que estas têm os requisitos para desempenharem esse papel, não se importando com a sua formação profissional e competência técnica, mas somente levando em consideração a bondade, afeto, benemerência e amor, aspectos ditos essenciais na prestação de ações de cunho caritativo ou filantrópico. (Praça, 2021, p.3).

Para compreender a prática política que envolve o chamado “primeiro-damismo” no Brasil, é necessário relacioná-la a alguns conceitos clássicos das ciências sociais e da ciência política e entender que esses conceitos estão intrínsecos no fazer profissional de alguns governantes, como patrimonialismo, clientelismo e fisiologismo estatal. Esses elementos ajudam a explicar como a política assistencial, em diversos momentos da história do país, foi apropriada por interesses particulares e transformada em instrumento de manutenção de poder.

Campante (2003), discorre sobre o patrimonialismo a partir da perspectiva Weberiana, apontando que, “o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada” (Campante, 2003, p.154). O autor aborda como os governantes podem acabar utilizando o Estado como instrumento de poder, desvinculando o papel do Estado e criando maneiras de se beneficiar ou ao seus próximos, como a família. No primeiro-damismo, isso se expressa quando a esposa de um governador ou prefeito assume cargos ou papéis que têm ligação direta com a política de assistência social, sem o devido conhecimento institucional e formação técnica, fazendo com que a gestão pública seja uma extensão da sua casa.

O clientelismo entra como outro fenômeno no qual se explica a continuidade do primeiro-damismo na contemporaneidade. O conceito de clientelismo se apresenta, segundo Carvalho (1997), pela prática política ao utilizar o Estado, visto como maior fonte de poder e meio de distribuir benefícios públicos, de forma que ocorra a troca de favores entre os governantes e a população, podendo ser através de apoio ou por votos, o autor exemplifica como na prática de Deputados trocando votos por empregos e serviços públicos, que o mesmos conseguem por conta da sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo.

O clientelismo é recorrente no campo da assistência social, se expressando nas entregas de, por exemplo, cestas básicas e enxovais, que são entregues à população que se

encontra em vulnerabilidade social, como forma de doação ou favor e não como direitos assegurados pelo Estado. Como consequência desses feitos, é criado um vínculo pessoal de gratidão vindo da população para com os governantes, apagando a cidadania dessas pessoas, uma vez que elas são afastadas do entendimento dos direitos sociais oferecidos pela política de assistência social. Logo, há um aproveitamento dos recursos que vem da assistência social para utilizar como instrumento eleitoral.

O fisiologismo estatal é outro elemento usado para analisar essa prática na política brasileira. Segundo os autores Giardi e Miranda, “O fisiologismo é uma relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores, votos ou cargos políticos” (Girardi, Miranda, 2019, p.3), trata-se então da utilização de cargos, funções e recursos públicos como recurso de negociação para garantir apoio político. Nessa perspectiva, alianças são construídas com objetivo de obter benefícios particulares entre grupos de interesse. Dessa forma:

Entende-se por “Fisiologismo” como a conduta de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum.(Girardi, Miranda, 2019, p.3).

Quando relacionado ao primeiro-damismo, o fisiologismo pode se manifestar a partir da vinculação dessas mulheres aos programas sociais, onde a figura que ela representa para os usuários dessas políticas se vincula ao governante, que ajuda a fortalecer a sua imagem e conquistar votos. Essa prática acaba por distanciar a finalidade da assistência social, que passa a focar nos interesses políticos e não da população.

Dessa forma, os elementos: patrimonialismo, clientelismo e fisiologismo, se articulam entre si e apontam como a existência do primeiro-damismo na contemporaneidade, não pode ser compreendido apenas pelas atuações filantrópicas que são reflexos do surgimento da assistência social como política no país, mas também como parte de um grande sistema político brasileiro que muitas vezes reproduz as práticas abordadas.

3.3 Conservadorismo como reiteração da/na realidade.

Para a compreensão do que é o conservadorismo moderno, é necessário passar por

suas raízes no conservadorismo clássico, como é abordado por Souza (2015), teve seu início no período pós 1789, a partir de marcos históricos como a Revolução Francesa, no momento ocorriam diversas mudanças culturais e sócio-institucionais, que ocorriam a partir do desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, no seu início “constituiu-se como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Em síntese: antiburguesas.” (Souza., 2015 p.4). Contudo, ao longo do seu processo de formação, o conservadorismo clássico,

(...) passou por transformações substantivas ao longo da história. Algumas de suas características iniciais foram revertidas, outras, intensificadas, além daquelas que se constituem como novas em relação ao período fundador. Essas transformações têm como fundamento histórico o desenvolvimento das contradições do sistema do capital. (Souza., 2015 p.3).

As mudanças começaram a aparecer, segundo Souza (2015), com o positivismo, que foi o pivô para impulsionar o conservadorismo na época, mas também para trazer grandes mudanças. A partir do positivismo, o conservadorismo clássico se reconciliou com a sociedade capitalista consolidada, com intenções de apoiar, em disputas políticas, pessoas com viés anti proletário, invertendo completamente os seus princípios iniciais que eram antiburgueses. Desse modo, o modelo clássico se desenvolveu e permaneceu na sociedade nos períodos entre 1789 e 1914.

O autor aponta que no final de 1910 a meados de 1960-70 se iniciou a ruptura do conservadorismo clássico para o moderno. Este que se faz presente até os tempos atuais. Para ocorrer essa transição foi necessário um processo de transformações.

Expoentes de distintas áreas do saber elaboram sistemas totalizantes de explicação da vida social. Ora enfatizando a política, ora a cultura, o interacionismo, a burocracia, a institucionalidade, a moral ou a filosofia, intelectuais de distintas áreas do saber reformulam, ampliam ou universalizam determinados temas centrais da tradição conservadora. (Silva, 2015, p. 5-6).

O conservadorismo moderno, durante o seu desenvolvimento, incorpora alguns

conceitos. Um deles, segundo Silva (2015), é o “totalitarismo”, onde os conservadores modernos se utilizam dele para se desvencilhar de utopias revolucionárias e reacionárias, para assim se estabelecerem em um novo conceito, o “presentismo”, no qual o foco e a relevância se dão apenas para o presente, ocorre a desistoricização dos acontecimentos do momento presente, de modo que o passado e o futuro são descartados de importância, prevalecendo o imediatismo. A apropriação desse conceito serviu para ir de encontro a ideologias tidas como “radicais”, como exemplo, o comunismo e fascismo, sob o pretexto de que tais ideologias são contrárias à natureza humana, pois para existirem, devem ser fruto de um contexto histórico que visa uma revolução ou que engendra uma reação.

Segundo Silva (2015), no Brasil se desenvolveu o conceito de conservadorismo a partir das particularidades do próprio país, juntamente com influências de países europeus e dos Estados Unidos da América.

Essa recombinação incide sobre as grandes concepções orientadoras do ideário das classes dominantes no Brasil. É daí que extraem parte de suas ideias sobre o papel do Estado, das liberdades civis e políticas, dos mercados, dos grandes proprietários como sujeitos políticos, da família, da propriedade e assim por diante. (Silva, 2015, p. 8).

Silva (2015) destaca que os conservadores modernos, ao longo do processo de consolidação do conceito, buscaram retomar alguns elementos do conservadorismo clássico, estabelecendo, assim, uma reaproximação com o liberalismo. “A reconciliação do conservadorismo com o liberalismo completou-se na incorporação da ideia de que o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo” (Silva, 2015, p. 18). Dessa forma, observa-se uma adaptação do conservadorismo às demandas da sociedade capitalista, que reforça sua permanência e capacidade de renovação no cenário político.

Na mesma perspectiva, Ferreira (2016) aborda sobre o conservadorismo e contribui com a análise ao direcionar sua abordagem para o contexto brasileiro e os desdobramentos do conservadorismo na contemporaneidade. Segundo o autor, “o conservadorismo moral e político aparece como o novo e a mudança” (Ferreira, 2016, p. 168). Tal afirmação revela como, paradoxalmente, um movimento ideológico de caráter tradicionalista se apresenta no país como algo inovador, associado ao desejo de aprofundamento democrático e à mobilização de discursos nacionalistas.

Esses projetos conservadores não teriam força se não refletissem o pensamento comum, aquele que é buscado para explicar, de forma mais imediata e rudimentar possível, as situações complexas que não são facilmente compreendidas. Tal pensamento é próprio da vida cotidiana, espaço cujas características comuns (dentre elas os sistemas de repetição, normatividade, linguagem e sistemas de signos, de usos e de hábitos) são propriamente constituintes da forma e do conteúdo do pensamento do sujeito particular. O conservadorismo se enraíza nesse espaço para se reproduzir largamente, porque o cotidiano possibilita que suas ideias se misturem às narrativas progressistas sem causar o constrangimento da necessidade de uma análise crítica e de uma coesão e unidade. (Ferreira, 2016, p. 169).

Nesse processo, Ferreira (2016), mostra que, tornam-se recorrentes as narrativas que exaltam a defesa da família baseada em valores tradicionais, os chamados “bons costumes”, assim como o enaltecimento da heterossexualidade e a rejeição de pautas ligadas ao feminismo e aos direitos das minorias. Além disso, observa-se a emergência de propostas legislativas de cunho conservador que representam retrocessos sociais, como, por exemplo, a redução da maioria penal. Essas manifestações demonstram como o conservadorismo no Brasil contemporâneo se articula por meio de uma combinação entre moralismo, nacionalismo e resistência a avanços sociais, consolidando-se como força política de grande influência no cenário atual.

Segundo Medeiros (2019), no ano de 2005 ocorreu a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual buscava atuar diretamente na redução das expressões da “questão social” que afetam a população no Brasil. Tal implementação buscou romper com práticas historicamente marcadas pelo assistencialismo, bem como com a lógica do favor e da benevolência do Estado perante a sociedade, consolidando a assistência social enquanto direito do cidadão e dever estatal.

Entretanto, a autora aponta que, apesar desse cenário de ampliação e consolidação dos direitos sociais, com ênfase no enfrentamento da pobreza e das desigualdades, observa-se a permanência e o ressurgimento de práticas de cunho privado, pautadas em perspectivas voluntaristas e filantrópicas. Essas práticas, historicamente associadas à atuação feminina, revelam a persistência de elementos conservadores no interior da política pública. Nesse contexto, conforme destaca Medeiros (2019, p. 325), “neste cenário, o primeiro-damismo se reedita, ganha legitimidade e se retroalimenta”, evidenciando a capacidade dessas práticas de

se adaptarem às novas configurações institucionais.

No período de implementação do SUAS no país, marcado por esforços de ruptura com práticas conservadoras na condução da Política de Assistência Social, observou-se que, embora o SUAS represente um avanço significativo e uma conquista no campo dos direitos sociais, contudo desde sua origem é obrigado a enfrentar o desafio constante de combater o conservadorismo ainda presente em suas estruturas e práticas dentro do sistema.

A autora Medeiros (2019) ressalta que, mesmo antes da implementação do SUAS, a prática do primeiro-damismo já se configurava como um elemento preocupante no âmbito da assistência social. Isso ocorre porque tal prática se contrapõe diretamente à concepção da assistência social como direito, ao reforçar uma lógica assistencialista baseada na ideia de ajuda, favor e caridade. Dessa forma, a política de assistência social deixa de ser reconhecida como um direito garantido e passa a ser interpretada como uma ação benevolente pela população.

Além disso, mesmo com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e a posterior implementação do SUAS em 2005, a permanência dessas práticas evidenciam que o rompimento com o primeiro-damismo ainda se mostra como um desafio a ser superado na realidade brasileira. Tal cenário demonstra a complexidade do processo de consolidação da assistência social enquanto política pública de direito, exigindo esforços contínuos para a superação de práticas conservadoras historicamente enraizadas. (Medeiros, 2019).

Dando continuidade à discussão, Martinelli e Couto (2021) apontam que, no Brasil, o período correspondente aos dez anos iniciais de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi marcado por avanços significativos no campo da política de Assistência Social. Nesse cenário, os autores ressaltam que as conquistas alcançadas com a consolidação do SUAS evidenciam não apenas progressos institucionais, mas também processos de resistência, a partir das lutas sociais que foram realizadas pela sociedade civil em articulação com os governos da época.

Pode-se afirmar que as conquistas marcadas pela Assistência Social com a criação do SUAS demonstram avanços e processos de resistências que implicaram o empenho de lutas sociais travadas pela sociedade civil junto

aos governos de esquerda daquele período. (Martinelli e Couto, 2021, p.199).

Os autores ressaltam que esse contexto de ascensão de governos de esquerda não se restringiu apenas ao Brasil, como também a diversos países da América Latina. Entretanto, esse ciclo político sofreu um desvio a partir de 2016, com o que denominam de “neogolpe”, caracterizado por dimensões autoritárias, econômicas, financeiras, neoliberais, empresariais, judiciais, civis e parlamentares, que culminaram no impeachment da presidenta Dilma Vana Rousseff.

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, sua destituição, em agosto de 2016, resultou na posse de Michel Temer à presidência da República, processo este associado ao referido neogolpe. A partir de então, observa-se o início de um movimento de desmonte das políticas públicas no país, no campo da Assistência Social, esse processo se evidencia logo no início do novo governo, quando, em pouco mais de um mês, institui-se um marco de retrocesso para o SUAS. Tal marco se realiza com a criação do programa “Criança Feliz¹”, que tem como figura central a então primeira-dama, Marcela Temer, designada como embaixadora da iniciativa. A vinculação do programa à atuação voluntária da primeira-dama sinaliza a retomada de práticas assistencialistas, representando um afastamento dos princípios que orientam a política de Assistência Social enquanto direito (Martinelli, Couto, 2021).

Nesse contexto, Martinelli e Couto (2021) evidenciam que o início do governo Temer recoloca em evidência a lógica do primeiro-damismo, associada ao retorno de práticas conservadoras que se contrapõem aos fundamentos da política de Assistência Social. Tal perspectiva reforça a associação da política pública à ideia de ajuda e voluntarismo, deslocando-a de sua concepção como direito social garantido pelo Estado. Como exemplificação desse movimento, destaca-se o discurso presidencial:

¹ Segundo Campos (2020), o Programa Criança Feliz, foi instituído em 2016 durante o governo de Michel Temer, foi apresentado como uma política voltada ao desenvolvimento infantil, especificamente na primeira infância, sendo realizada através de visitas domiciliares. Contudo, o programa retoma perspectivas conservadoras ao transferir às famílias a responsabilidade pelo enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, a pobreza deixa de ser compreendida como expressão das desigualdades estruturais da sociedade capitalista e passa a ser tratada como um problema a ser enfrentado por meio de intervenções voltadas ao desenvolvimento infantil. Ao priorizar a formação das crianças como estratégia para um futuro melhor, o programa desloca o foco das causas estruturais da pobreza, enfraquecendo a compreensão da Assistência Social como direito e favorecendo a permanência de práticas assistencialistas e moralizantes.

o presidente manifesta que: “Devo dizer que a presença da Marcela como embaixadora [assim rotulada por Osmar Terra] visa exatamente incentivar as senhoras mulheres do país, autoridades. Seguramente Marcela um dia vai convidar as senhoras primeiras-damas e as senhoras prefeitas municipais para estarem todas aqui em Brasília. Para que não fique apenas como um programa da União, mas que seja de toda a Federação, portanto, da União e igualmente dos Estados brasileiros”. (Martinelli e Couto, 20221, p. 200).

A partir disso, o período seguinte, que se instaura no restante do governo Temer e com a continuidade com o governo Bolsonaro, é marcado pela intensificação de processos que aprofundam o desmonte das políticas sociais. Em contrapartida, observa-se a valorização de estratégias voltadas à privatização e à terceirização dessas políticas. Nesse cenário, Martinelli e Couto (2021) apontam como se constrói um discurso oficial pautado na ideia de que o Estado se tornou ingovernável e financeiramente inviável, trazendo como o Estado está “quebrado”, justifica-se a adoção de medidas de ajuste que resultam na desproteção social e na restrição do acesso da população aos direitos sociais. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, ocorrem medidas que privilegiam interesses econômicos e setores empresariais, em detrimento das necessidades sociais da população

No âmbito específico da política de Assistência Social, é notável, conforme apontam os autores, que: “retomam-se os ‘velhos’ pré-conceitos, vinculados ao assistencialismo, patrimonialismo e clientelismo” (Martinelli; Couto, 2021, p. 202). Além disso, esse processo de retrocesso não se limita a essa política, abrangendo também mudanças legislativas que impactam diretamente e negativamente a vida dos trabalhadores, como a flexibilização das leis trabalhistas, alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e reformas na previdência social, que ampliam o tempo de contribuição e restringem direitos (Martinelli; Couto, 2021).

A partir dessas reflexões, torna-se relevante analisar de que maneira os elementos discutidos ao longo deste capítulo se expressam na realidade contemporânea da Política de Assistência Social. Com esse propósito, foram realizadas duas pesquisas, a primeira voltada à identificação do perfil dos(as) gestores(as) das Secretarias Estaduais de Assistência Social em todo o país e a segunda pesquisa é direcionada aos 75 municípios do estado de Sergipe. O objetivo foi verificar em que medida a presença de primeiras-damas na gestão da política socioassistencial e outros aspectos relacionados à ocupação desses cargos conversam com as discussões teóricas apresentadas neste estudo, permitindo aproximar a análise acadêmica da

situação atual observada.

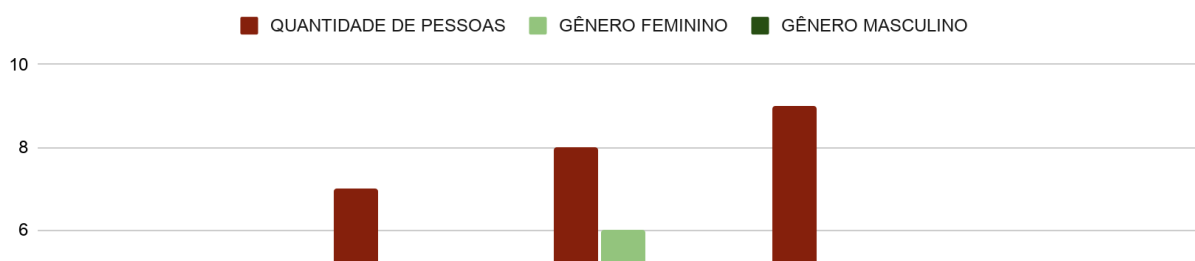
Para a coleta dos dados do gráfico que seguirá abaixo, foram realizadas pesquisas durante o período de outubro de 2025 até junho de 2026. Foi necessário realizar um levantamento nos sites oficiais das Secretarias de Assistência Social de cada estado brasileiro, inicialmente, buscou-se identificar, nas páginas institucionais, informações referentes à composição da gestão da secretaria, especialmente a identificação da(o) secretária(o). No entanto, foi verificado que nem todas as secretarias disponibilizavam essas informações de forma clara, acessível e intuitiva aos usuários.

Nos casos em que os dados estavam disponíveis, frequentemente eram apresentadas apenas informações básicas, como nome, endereço eletrônico institucional e telefone para contato, sem constar informações adicionais que possibilitasse uma análise mais aprofundada do perfil de quem estava à frente da gestão. A partir dessa limitação, se tornou necessário recorrer a outras estratégias de busca para obter os dados desejados.

Desse modo, foram realizadas pesquisas utilizando o nome completo da(o) secretária(o), seguido do respectivo estado e ao cargo ocupado. Em grande parte dos casos, as informações foram localizadas em notícias institucionais, portais governamentais ou matérias divulgadas por órgãos oficiais. Esse processo demandou maior tempo e esforço para a obtenção dos dados, pelo fato das informações se encontrarem em diferentes fontes e nem sempre estavam reunidas em um único espaço de consulta.

Assim, esta situação evidencia dificuldades relacionadas à transparência e à acessibilidade das informações públicas, considerando que dados referentes aos gestores responsáveis pela condução das políticas públicas deveriam estar disponíveis de forma mais organizada e acessível à população. Desse modo, o processo de coleta apresentou não apenas dificuldades metodológicas para a pesquisa, mas também limitações no acesso às informações institucionais por parte dos cidadãos.

Gráfico 1- Distribuição Quantitativa e de Gênero da Formação Acadêmica das(os) Secretárias(os) de Assistência de Estados brasileiros (2026)



Fonte: elaborada pela autora (2026).

O Gráfico 1 apresenta informações referentes ao gênero e à formação acadêmica das pessoas que ocupam cargos de gestão nas Secretarias Estaduais de Assistência Social. Os dados evidenciam uma predominância feminina no exercício dessas funções, bem como uma maior presença de profissionais com formação em outras áreas do conhecimento quando comparada à formação em Serviço Social. Esses resultados permitem refletir sobre o perfil das pessoas que atuam na gestão da política de Assistência Social e suas possíveis implicações para a condução dessa política pública.

A partir dos dados coletados, se identificou que, cerca de 62,96% dos cargos de secretária(o) estadual de Assistência Social são ocupados por mulheres, percentual que representa mais da metade dos postos de gestão analisados. Esse dado reforça as discussões apresentadas ao longo deste trabalho acerca da histórica associação da figura feminina às funções relacionadas ao cuidado e à proteção, características socialmente construídas e frequentemente vinculadas à atuação das mulheres no que envolve as políticas sociais.

Outro aspecto relevante analisado, foi a formação acadêmica das(os) gestoras(es). Verificou-se que apenas cerca de 7,4% das pessoas que ocupam esses cargos possuem formação em Serviço Social. Embora a legislação não estabeleça a obrigatoriedade dessa formação específica para o exercício da função, é compreendido que o conhecimento técnico e ético-político proporcionado pela área pode contribuir significativamente para a gestão da Secretaria de Assistência Social, considerando a complexidade das demandas atendidas e a necessidade de assegurar a efetivação dos direitos socioassistenciais.

Em específico, no estado de Sergipe, observa-se um fator adicional que merece destaque. A atual gestora da Secretaria de Estado da Assistência Social, Erika Mitidieri, ocupa também a posição de primeira-dama do estado, situação que remete à prática do primeiro-damismo e resgata o debate acerca da permanência de traços conservadores historicamente presentes na gestão da Política de Assistência Social. Além disso, o fato da gestora possuir formação e trajetória profissional na área de Administração, surge o questionamento, considerando sua formação acadêmica, do porquê da sua atuação ser direcionada especificamente para essa política pública, e não para outras áreas da administração estatal mais diretamente relacionadas à sua especialização. Essa escolha

evidencia a necessidade de problematizar os processos de indicação para cargos de gestão e reforça o debate sobre a importância da qualificação técnica específica para a condução da Política de Assistência Social.

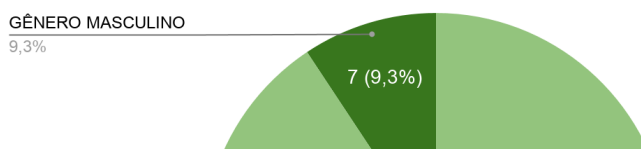
Dando continuidade à pesquisa, os dados apresentados nos gráficos a seguir buscam delimitar o campo de análise, focando no estado de Sergipe e seus 75 municípios. A coleta de informações foi realizada entre os meses de outubro de 2025 e junho de 2026, tendo como objetivos: identificar o gênero das pessoas que ocupam o cargo de secretária(o) municipal de Assistência Social; identificar a existência de formação acadêmica em Serviço Social; verificar se estas também desempenham o papel de primeira-dama do município.

A pesquisa foi iniciada priorizando fontes oficiais, como os sites das Secretarias Municipais de Assistência Social e das respectivas prefeituras. Entretanto, foi observado que, na maior parte dos casos, as informações disponibilizadas eram escassas, limitando-se, em geral, ao nome da(o) gestora(or) e aos contatos institucionais. Além da insuficiência de dados, o acesso a essas informações eram, em sua maioria, pouco intuitivos e de difícil localização.

A partir dessas limitações, foi necessário recorrer a fontes não oficiais, especialmente às redes sociais, como o Instagram. Nesse processo, foram consultados os perfis oficiais das prefeituras e, quando disponíveis, os das Secretarias de Assistência Social. A partir dos perfis encontrados, procurou-se identificar os perfis pessoais das(os) secretárias(os), nos quais, geralmente, era possível localizar informações relacionadas à formação acadêmica e à condição de primeira-dama, ou não, do município.

As informações desejadas para a pesquisa foram apresentadas de forma limitada e dispersa, exigindo a consulta a diferentes meios para a obtenção dos dados. Esse cenário evidencia a falta de transparência das informações públicas, uma vez que dados relevantes sobre ocupantes de cargos de gestão nem sempre se encontram disponíveis em canais institucionais oficiais. Essa realidade não apenas dificultou o processo de coleta de dados, mas também gerou desafios ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica, especialmente no que se refere ao acesso a informações públicas que deveriam estar disponíveis de maneira clara e acessível à população.

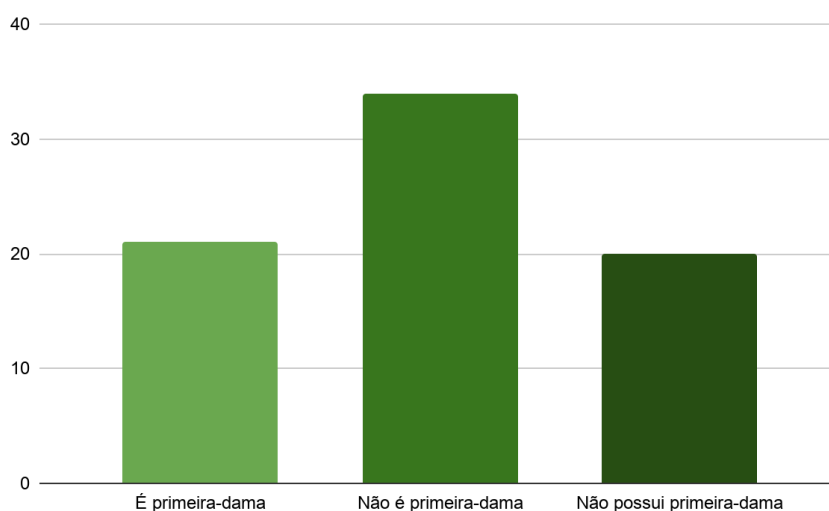
Gráfico 2- Distribuição por Gênero das(os) Secretárias(os) Municipais de Assistência Social em Sergipe (2026)



Fonte: elaborada pela autora (2026).

O Gráfico 2 apresenta informações referentes ao gênero das pessoas que ocupam cargos de gestão nas Secretarias Municipais de Assistência Social dos 75 municípios do estado de Sergipe. Os dados evidenciam uma predominância feminina de forma bem acentuada nesses cargos, indicando a feminização da gestão da política de Assistência Social no estado. Esse cenário reflete a reprodução de padrões sociais historicamente construídos, que associam às mulheres funções relacionadas ao cuidado e à proteção social, contribuindo para a manutenção dos papéis de gênero estabelecidos na sociedade.

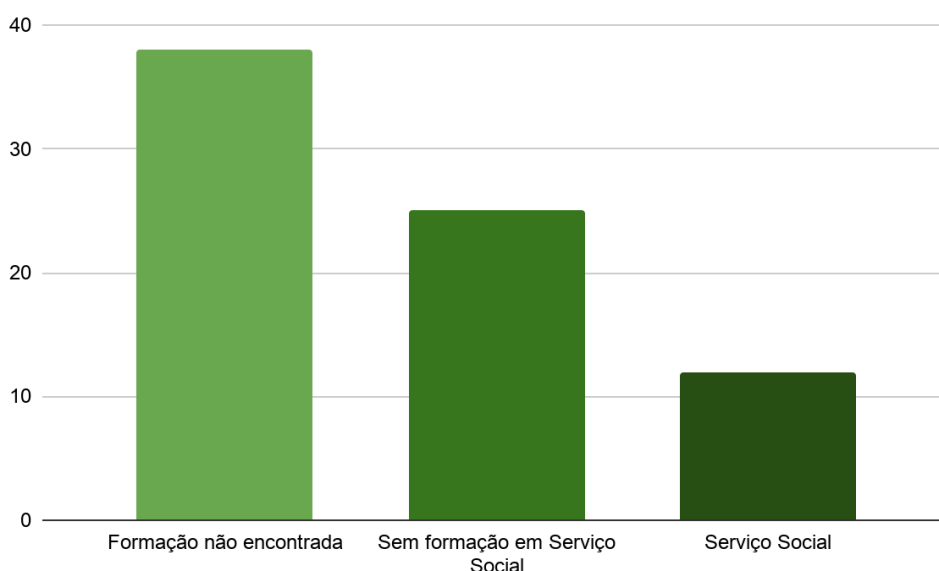
Gráfico 3- Vínculo com o Primeiro-Damismo nas Secretarias Municipais de Assistência Social em Sergipe (2026)



Fonte: elaborada pela autora (2026).

O Gráfico 3 apresenta informações referentes às primeiras-damas dos municípios do estado de Sergipe, com o objetivo de identificar se elas ocupam, simultaneamente, o cargo de secretária municipal de Assistência Social. Os dados evidenciam que, dos 75 municípios sergipanos, 21 possuem primeiras-damas exercendo essa função. Destaca-se, ainda, que em outros 20 municípios não há primeira-dama, em razão de a gestão municipal ser exercida por prefeitas ou por prefeitos solteiros. Além disso, em 34 municípios a gestão da política de Assistência Social é desempenhada por pessoas que não ocupam a posição de primeira-dama, resultado que se diferencia do cenário observado em âmbito nacional.

Gráfico 4- Distribuição da Formação Profissional das(os) Secretárias(os) Municipais de Assistência Social de Sergipe (2026)



Fonte: elaborada pela autora (2026).

O Gráfico 4 apresenta informações referentes à formação acadêmica das pessoas que ocupam cargos de gestão nas Secretarias Municipais de Assistência Social do estado de Sergipe. Durante a coleta de dados, observou-se uma limitação quanto à identificação da formação acadêmica dos gestores, uma vez que, em 38 municípios, essa informação não foi localizada. Entre os municípios em que foi possível identificar a formação dos ocupantes desses cargos, verificou-se que 12 gestores são graduados em Serviço Social, enquanto 25 possuem formação em outras áreas do conhecimento.

Com a obtenção dos dados coletados, foi possível realizar algumas análises. Diferentemente da pesquisa anterior, voltada às Secretarias Estaduais de Assistência Social,

os dados referentes aos municípios sergipanos demonstraram uma presença ainda mais expressiva de mulheres nos cargos de gestão da Política de Assistência Social. Aproximadamente 90,7% das Secretarias Municipais de Assistência Social são ocupadas por mulheres, quando comparado aos resultados obtidos nas secretarias estaduais. Esse percentual deixa em evidência uma maior participação da presença feminina na gestão municipal da assistência social, indicando que essa característica se manifesta de forma mais acentuada na realidade dos municípios sergipanos. Esse resultado evidencia a permanência de concepções historicamente construídas que associam as mulheres às atividades de cuidado, contribuindo para que a Política de Assistência Social seja, de forma equivocada, socialmente identificada como um espaço "natural" de atuação feminina. Essa perspectiva desconsidera a complexidade da política socioassistencial, que ultrapassa a dimensão do cuidado e se constitui como política pública de garantia de direitos, presente em diversos espaços.

Em relação à presença de primeiras-damas na gestão da assistência social, identificou-se que, dos 75 municípios sergipanos, 21 possuem secretárias de Assistência Social que também ocupam a posição de primeira-dama. Durante a pesquisa, observou-se que algumas dessas gestoras apresentavam em seus perfis pessoais nas redes sociais, como primeira-dama, secretária municipal e esposa do prefeito, juntamente a frases de caráter religioso ou versículos bíblicos. Esse fator reinicia o debate da permanência de traços conservadores na Política de Assistência Social, retomando elementos historicamente presentes em sua construção, como a vinculação da atuação da Igreja e das chamadas damas da caridade, que eram mulheres pertencentes às elites sociais que desenvolviam ações de viés filantrópico e assistencialista.

A prevalência de primeiras-damas ocupando a gestão da assistência social se mostra relevante quando analisada de forma proporcional, pois, dos 75 municípios pesquisados, 20 não possuem a figura da primeira-dama, seja por causa da existência de uma prefeita à frente do Poder Executivo, seja pelo fato de o prefeito não possuir cônjuge. Assim, considerando os 55 municípios em que existe a figura da primeira-dama, aproximadamente 38,18% delas também ocupam o cargo de secretária municipal de Assistência Social.

Por fim, buscou-se identificar a formação acadêmica das pessoas que ocupam os cargos de gestão da assistência social nos municípios sergipanos. Entretanto, devido à escassez de informações disponibilizadas pelos meios oficiais e não-oficiais consultados, não foi possível localizar a formação acadêmica de 38 gestoras(es). Entre os 37 casos em que essa

informação foi encontrada, identificou-se que cerca de 67,57% não possuem formação em Serviço Social. Retornando o que foi abordado na pesquisa anterior, apesar de não ser exigido legalmente esta formação específica para a ocupação do cargo, entende-se que o conhecimento adquirido no curso de Serviço Social, possui grande contribuição no que diz respeito à efetivação de políticas sociais para o acesso dos direitos sociais da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso possuiu como objetivo refletir sobre as manifestações contemporâneas do primeiro-damismo na assistência social brasileira, o compreendendo como uma expressão do conservadorismo e analisando sua relação com as construções históricas de gênero, com o patriarcado e com o desenvolvimento da política de Assistência Social no Brasil. Para isso, foi necessário recuperar elementos históricos relacionados às protoformas do Serviço Social, discutir o processo de feminização da profissão e analisar a permanência da atuação de primeiras-damas em espaços de gestão da política socioassistencial nos dias atuais.

A pesquisa possibilitou a compreensão de que o primeiro-damismo não é um fenômeno recente ou isolado, mas resulta de um processo histórico marcado pela associação entre as mulheres e as práticas de cuidado, caridade e assistência. Desde as chamadas damas da caridade até a institucionalização da Legião Brasileira de Assistência sob a liderança da primeira-dama Darcy Vargas, se fortaleceu no imaginário da sociedade a ideia de que a assistência social seria um espaço que normalmente seria destinado às mulheres. Essa construção contribui para a permanência de práticas assistencialistas e para a naturalização da presença de primeiras-damas em funções relacionadas à gestão da Política de Assistência Social.

As discussões desenvolvidas ao longo de todo o trabalho deixam em evidência que a relação entre gênero, capitalismo e patriarcado desempenha papel fundamental na compreensão desse fenômeno. A divisão sexual do trabalho, historicamente construída e socialmente legitimada, contribuiu para associar as mulheres às atividades de cuidado, ao mesmo tempo em que restringiu sua participação em espaços de poder e decisão. Nesse sentido, a presença feminina na assistência social não pode ser compreendida apenas como resultado de uma suposta vocação para o cuidado, mas como expressão de relações sociais historicamente constituídas que reforçam desigualdades de gênero.

Em relação à assistência social, observou-se que sua trajetória foi marcada por profundas transformações. A partir da Constituição Federal de 1988, da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social e da implementação do Sistema Único de Assistência Social, a assistência passou a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. Entretanto,

os avanços institucionais não foram o suficiente para eliminar práticas conservadoras historicamente presentes nessa área. Em muitos contextos, na atualidade ainda é possível observar alguns resquícios da lógica do favor, da bondade e em ações assistencialistas, que vão de encontro com o que deveria ser a Política Pública de Assistência Social.

Os dados que foram adquiridos durante a pesquisa reforçam essa compreensão. Foi observado que há uma expressiva presença de mulheres nos cargos de gestão da assistência social, nas secretarias estaduais, e principalmente, nos municípios de Sergipe. Embora esse resultado possa indicar maior participação feminina nos espaços de gestão, ele também destaca a permanência da associação entre mulheres e atividades relacionadas ao cuidado. Além disso, os dados revelaram a continuidade do primeiro-damismo em diferentes contextos, especialmente nos municípios sergipanos, onde parcela significativa das primeiras-damas ocupa simultaneamente o cargo de secretária municipal de Assistência Social.

Outro aspecto relevante identificado foi em relação à formação acadêmica dos gestores, onde é apresentado que uma parcela reduzida dos ocupantes desses cargos possui a formação em Serviço Social, esse cenário traz reflexões sobre a importância da qualificação técnica na condução das políticas públicas. Embora a legislação não exija formação específica para o exercício dessas funções, é compreendido que o conhecimento teórico, ético e técnico acumulado pela área do Serviço Social pode contribuir de forma significativa para a gestão da política socioassistencial, fortalecendo a perspectiva de garantia de direitos e enfrentamento das desigualdades sociais.

A pesquisa também revela as dificuldades relacionadas à transparência das informações públicas, uma vez que muitos dados sobre os gestores da assistência social não estavam disponíveis de forma clara e acessível nos meios institucionais. Essa realidade representa não apenas um desafio metodológico para a produção do conhecimento acadêmico, mas também um obstáculo para a participação da população na fiscalização das políticas públicas.

Diante do que foi apresentado, é possível concluir que o primeiro-damismo permanece presente na contemporaneidade brasileira, assumindo novas configurações, mas mantendo elementos historicamente associados ao assistencialismo, ao patrimonialismo, ao clientelismo e ao conservadorismo. Sua permanência revela que a consolidação da assistência social

enquanto política pública de direitos ainda convive com práticas e concepções que remetem às suas origens filantrópicas e de caridade.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate acerca da gestão da Política de Assistência Social, da qualificação de seus gestores e dos desafios relacionados à efetivação dos direitos socioassistenciais. Além disso, pretende-se causar reflexões sobre a atuação do Estado quando pautada por práticas patrimonialistas, compreendendo-o como uma extensão dos interesses privados, e analisar de que forma essa lógica pode interferir na condução da política de assistência social, na efetivação dos direitos dos usuários e no exercício profissional do Serviço Social. Além disso, considera-se muito relevante o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, para que se investiguem os impactos concretos do primeiro-damismo na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento de uma assistência social comprometida com a cidadania, a democracia e a justiça social.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Lorhana Gonçalves; PAIVA, Ariane Rego . **A política de assistência social brasileira, seus marcos conceituais e o uso dos termos risco e vulnerabilidade social: uma análise bibliográfica**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2020/download/relatorios/CCS/SER/SER-Lorhana%20Gon%C3%A7alves%20Cabral.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº1, 2003, pp. 153 a 193.

CAMPOS, Rosânia. **Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e151445, p. 1-22, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15445.087>. Disponível em:
 <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/15445/209209213474>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CISNE, Mirla. **SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES?** uma análise crítica da categoria de gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife- PE, 2004.

D’INCAO, Maria Ângela. MULHER E FAMÍLIA BURGUESA. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 9. ed. São Paulo. Contexto, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 6. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020. p. 74-100.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FEDERICI, Silvia. **Notas sobre gênero em O Capital de Marx**. Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, 2017. Disponível em:
 <<https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>>. Acesso em: 3 ago. 2026.

GIRARDI, Márcia da Cruz; MIRANDA, Márcio Fernando Moreira. **O fisiologismo estatal e a crise institucional no estado de exceção à luz do pensamento de Giorgio Agambem**. Revista Pensamento Jurídico, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 253-267, 2019. Disponível em:
 <<https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/387>>. Acesso em: 08 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Tiago; COUTO, Berenice Rojas. **O desmonte do sistema protetivo brasileiro: a assistência social em xeque**. In: PRATES, Jane Cruz; REIS, Carlos Nelson dos; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de (org.). Serviço Social, economia política e marxismo. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2021.

MARTINELLI, Tiago. **Primeiro-damismo e o neoconservadorismo: justificando a necessidade do estudo em defesa da seguridade social**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17., 2022, Rio de Janeiro, RJ. Brasília: ABEPSS, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/262091>>. Acesso em: 25 set de 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Motos Siberia Silva de. **O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social**. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 29, p. 311–338, 2019.

MOURA, Denise A. S. de. **Aos olhos da mulher indígena: cartografia, espacialidade e gênero em expedições de mapeamento no Brasil meridional (século XVIII)**. Nuevo mundo Mundos Nuevos, Centre de Recherches sur les Mondes Américains, França, jun. 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/88268#ftn20>>. Acesso em: 21 maio de 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997.

PRAÇA, Patrocina Maria de Oliveira. **A relação do primeiro-damismo e a assistência social: uma análise crítica dos primórdios até sua permanência na atualidade**. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, Ambiente Virtual. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021.

RAGO, Margareth. TRABALHO FEMININO E SEXUALIDADE. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**. 9. ed. São Paulo. Contexto, 2007.

SILVA, Cristiane Aparecida de Souza *et al.* **A construção da política de assistência social brasileira: uma reflexão necessária**. Revista EDUC – Faculdade de Duque de Caxias, Duque de Caxias, v. 6, n. 2, p. 16-21, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210618113949.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2026.

SILVA, Maria Izabel Ladeira. **História do Brasil Colônia**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010. E-book. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/16121016022012Historia_do_Brasil_Coloni_a_Aula_1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Patriarcado e capitalismo: uma relação**

simbiótica. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

TARANTINO, Mônica. **Pesquisa recupera o papel das mulheres indígenas na formação e no mapeamento do território brasileiro.** Jornal da Unesp, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/08/15/pesquisa-recupera-o-papel-das-mulheres-indigenas-na-formacao-e-no-mapeamento-do-territorio-brasileiro/>. Acesso em: 21 maio de 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Quadro de informações a partir da coleta de dados- Brasil

ESTADO	NOME	SEXO	FORMAÇÃO	link
Pernambuco	Andreza Sônia Costa Rodrigues Pacheco	F	Pedagogia	https://www.sas.pe.gov.br/institucional/osecretario/ acesso: 30/04/2026
Sergipe	Érica Lima Cavalcante Mitidieri	F	Administração	https://assistenciasocial.se.gov.br/quem-somos-4/ acesso: 30/04/2026
Bahia	Fabya Reis	F	Administração	https://www.ba.gov.br/social/10/perfil-do-secretario acesso: 30/04/2026
Alagoas	Kátia Born Ribeiro	F	Odontologia	https://pt.wikipedia.org/wiki/K%C3%A1tia_Born https://www.assistenciasocial.al.gov.br/institucional/quem-e-quem acesso em: 30/04/2026
Rio Grande do Norte	Isis Maria de Oliveira	F	Serviço Social	http://www.sethas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=8215&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Institui%E7%E3o acesso: 30/04/2026
Paraíba	Neide Nunes	F	Serviço Social e Relações Internacionais	https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/institucional/secretariado acesso: 30/04/2026
Maranhão	Paulo Casé Fernandes	M	Arquitetura e Engenharia Civil	https://sedes.ma.gov.br/noticias/paulo-case-fernandes-e-em-possado-como-novo-secretario-da-sedes#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20

				do.pelo%20secret%C3%A1rio%20Paulo%20Cas%C3%A9rio%20Fernandes. acesso: 30/04/ 2026
Piauí	João de Deus Sousa	M	Licenciatura	https://www.pi.gov.br/rafael-f-onteles-anuncia-joao-de-deus-na-sasc-e-ze-santana-na-nova-secretaria-do-trabalho-e-em-prego/ acesso: 30/ 04/ 2026
Ceará	Augusta Brito de Paula	F	Enfermagem e Direito	https://www.sps.ce.gov.br/institucional/secretariado/ acesso: 30/04/2026
Acre	João Paula Silva e Silva	M	Psicologia	https://estado.ac.gov.br/orgao-entidades/secretarias-de-estado/ https://sapl.riobranco.ac.leg.br/parlamentar/182 acesso: 30/04/2026
Amapá	Hugo Tibiriça Paranhos Cunha	M	Informática	https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/hugo-paranhos-cunha/ acesso: 30/04/2026
Amazonas	Adilce Lane Edwards de Araújo	F	Publicidade, Propaganda e Comunicação e Enfermagem	https://www.seas.am.gov.br/estrutura/lane-edwards/ acesso: 30/04/2026
Pará	Inocêncio Renato Gasparim	M	Administração de empresas, Filosofia e Teologia	https://www.pa.gov.br/orgao?id_orgao=75 acesso: 30/04/2026
Rondônia	Luana Nunes Oliveira Rocha Santos	F	não encontrado	https://rondonia.ro.gov.br/seas/institucional/quem-e-quem/ acesso: 30/04/2026
Roraima	Gizely Caetano Damião	F	Administração	https://setrabes.rr.gov.br/secretarios/ avesso: 30/06/2026
Tocantins	Ana Carina Mendes Souto	F	Direito	https://www.to.gov.br/secom/noticias/governador-laurez-moreira-nomeia-gestores-para-secretarias-do-trabalho-e-dos-

				povos-originaarios/780pgbu5d187 acesso:30/04/2026
Goiás	Wellington Matos de Lima	M	Economia	https://goias.gov.br/social/secretaria/ acesso: 30/04/2026
Mato Grosso do Sul	Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira	F	Direito	https://www.sead.ms.gov.br/secretaria/ acesso:30/04/2026
Mato Grosso	Klebson Gomes Haagsma	M	Administração de Empresas	https://www.setasc.mt.gov.br/secretaria-e-adjuntos1#:~:text=Klebson%20Gomes%20Haagsma&text=Ingressou%20como%20funcion%C3%A1rio%20p%C3%BAblico%20na,em%20%C3%A1reas%20operacionais%20e%20administrativas. acesso: 30/04/2026
Distrito Federal	Ana Paula Soares Marra	F	Direito	https://www.sedes.df.gov.br/3364-2#:~:text=Ana%20Paula%20Soares%20Marra&text=Desde%202020%2C%20esta%20como%20Secret%C3%A1ria,Desenvolvimento%20Social%20do%20Distrito%20Federal. acesso: 30/04/2026
Espírito Santo	Cyntia Figueira Grillo	F	Administração de Empresas	https://setades.es.gov.br/secretaria acesso: 30/04/2026
Minas Gerais	Alessandra Portela	F	Direito	https://www.almg.gov.br/dep/utados/ale-portela/16234 acesso: 30/04/2026
Rio de Janeiro	Anderson Coelho	M	Direito	https://www.rj.gov.br/secsocial/presidente acesso: 30/04/2026
São Paulo	Andrezza Rosalém	F	Economia	https://www.desenvolvimento-social.sp.gov.br/sec_desenvolv_social/Institucional/relacaoAutoridades acesso: 30/04/2026

Paraná	Rogério Helias Carboni (até março de 2026)	M	Direito	https://www.rogeriocarboni.com.br/ acesso: 30/04/2026
Rio Grande do Sul	Gustavo Segabinazzi Saldanha	M	Administração	https://social.rs.gov.br/gustavo-saldanha acesso: 30/04/2026
Santa Catarina	Maria Helena Zimmermann	F	Direito	https://www.sas.sc.gov.br/index.php/noticias/1819-maria-helena-zimmerman-e-empossada-e-assume-a-secretaria-do-desenvolvimento-social acesso: 30/04/2026

APÊNDICE B - Quadro de informações a partir da coleta de dados- Sergipe

SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERGIPE					
Município	Nome	Sexo	É primeira-dama?	Formada em Serviço Social?	Link
AMPARO DE SÃO FRANCISCO	Rozimar Martins	F	Não	Não	https://amparodosaofrancisco.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 09/06/26
AQUIDABÃ	Nayara Azevedo Aragão Barbosa	F	Não possui	Não	https://aquidaba.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 09/06/26
ARACAJU	Simone Chrystine Santana Valadares	F	Não possui	Não	https://transparencia.aracaju.se.gov.br/prefeitura/estrutura-administrativa/contrato-semfas/ Acesso em: 09/06/26
ARAUÁ	Jaiane Vieira de Lima	F	Não possui	Não	https://araua.se.gov.br/secretaria-municipal-de-assistencia-social-e-trabalho/ Acesso em: 09/06/26
AREIA BRANCA	JAQUELINE SANTOS TAVARES	F	Não	Não	https://areiabranca.se.gov.br/departamento/4/secretaria-de-assistencia-social Acesso em: 09/06/26

BARRA DOS COQUEIROS	Maria Eliana Silva Martins	F	Sim	Não	https://barradoscoqueiros.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social Acesso em: 09/06/26
BOQUIM	Simone Santana Passos	F	Não	Sim	https://boquim.se.gov.br/site/secretaria/369 Acesso em: 09/06/26
BREJO GRANDE	Joel Luiz dos Santos	M	Não		https://brejogrande.se.gov.br/estrutura-organizacional-2/ Acesso em: 09/06/26
CAMPO DO BRITO	Valdiosmar Vieira Santos	M	Não	Sim	https://www.campodobrito.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social-e-trabalho Acesso em: 09/06/26
CANHOPA	Gorete de Fátima Santos Silva	F	Não possui	Sim	https://canhoba.se.gov.br/orgao/fundo/fundo-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social-de-canhoba Acesso em: 09/06/26
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Joana Batista Honorato Da Silva	F	Não	Não	https://www.tce.se.gov.br/ReportsViewPDF/ViewLicitacao.aspx?id=100386 Acesso em: 09/06/26
CAPELA	Larissa Mamlak Quintela	F	Não possui (filha da prefeita)	Não	https://capela.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-da-assist%C3%A2ncia-social Acesso em: 09/06/26
CARIRA	Jackeline Mendonça Santana Machado	F	Sim	Não	https://carira.se.gov.br/site/secretaria/490 Acesso em: 09/06/26
CARMÓPOLIS	Luciana De Melo Leite	F	Não	Não	https://carmopolis.se.gov.br/site/secretaria/976 Acesso em: 09/06/26
CEDRO DE SÃO JOÃO	Simone Da Costa Alves	F	Sim	Não	https://cedrodesaojoao.se.gov.br/site/secretaria/525 Acesso em: 09/06/26
CRISTINÁPOLIS	Maria Lucia De Santana Lima	F	Não (Esposa do vice-prefeito)	Não	https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/rede-de-enfrentamento/enderecos-por-municipios/item/255-cristinapolis Acesso em: 09/06/26
CUMBE	Valeria Feitosa	F	Não	Não	https://cumbe.se.gov.br/site/secretaria/1239

	Andrade Meneses				Acesso em: 09/06/26
ESTÂNCIA	Helia Santana Pinto Aragão	F	Não	Não	https://www.estancia.se.gov.br/site/LeiMunicipal/122343 Acesso em: 08/06/26
DIVINA PASTORA	Greice Lima Costa	F	Não possui	Não	https://divinapastora.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 08/06/26
FEIRA NOVA	Dhara Emelly Ferreira Andrade	F	Sim	Não	https://feiranova.se.gov.br/site/secretaria/1248 https://www.instagram.com/p/DNzCGfIXIN2/ Acesso em: 08/06/26
FREI PAULO	Carla Vanessa Menezes	F	Não		https://freipaulo.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social-e-prote Acesso em: 08/06/26
GARARU	Bruna Manoela dos Santos Pereira	F	Não possui	Sim	https://gararu.se.gov.br/site/secretaria/1209 Acesso em: 08/06/26
GENERAL MAYNARD	Myrianne Melo Costa Menezes	F	Sim	Não	https://generalmaynard.se.gov.br/orgaos/secretaria-de-assistencia-social/69 Acesso em: 08/06/26
GRACCHO CARDOSO	Gecilane dos Santos	F	Não	Não	https://gracchocardoso.se.gov.br/transparencia/institucional/informacoes/secretaria-municipal-de-assistencia-social/c26a73c5-4b87-4e9d-b1e2-d6ac054207d8 Acesso em: 08/06/26
ILHA DAS FLORES	Roseneide do Nascimento Silva De Lima	F	Sim		https://ilhadasflores.se.gov.br/?p=estrutura&i=79 https://ilhadasflores.se.gov.br/?p=noticias&i=3585 Acesso em: 08/06/26

INDIAROA	Karla Costa Chaves Grillo	F	Não	Sim	https://www.acesounico.com.br/arquivos/14/add063fe9e738a551c58b9dc3a67f0dc.pdf Acesso em: 08/06/26
ITABAIANINHA	Edimária da Fonseca Lima Santos	F	Sim	Não	https://itabaianinha.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assistencia-social-e-do-trabalho Acesso em: 09/06/26
ITABAIANA	Osanir dos Santos Costa	F	Não		https://itabaiana.se.gov.br/departamento/7/secretaria-de-desenvolvimento-social Acesso em: 08/06/26
ITABI	Letícia Lorena dos Santos	F	Não possui	Sim	https://itabi.se.gov.br/site/secretaria/1295 Acesso em: 08/06/26
ITAPORANGA D AJUDA	Rafaella Souza Oliveira	F	Sim		https://itaporanga.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-da-inclusao-e-da-assistencia-social-rafaella-souza-oliveira https://itaporanga.se.gov.br/noticias/pr-efeitura-realiza-mais-uma-entrega-de-entxovais-do-programa-primeiros-la%C3%A7os Acesso em: 08/06/26
JAPARATUBA	Joyce Maria Nascimento	F	Sim		https://japaratuba.se.gov.br/estrutura-administrativa/ https://www.instagram.com/p/DUX9tmojhP3/ Acesso em: 08/06/26
JAPOATÃ	Michele Cristina Santos Nascimento	F	Não		https://japoata.se.gov.br/site/secretaria/386 Acesso em: 08/06/26
LAGARTO	Suely Silva Nascimento Menezes	F	Não (casada com ex-prefeito)		https://lagarto.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-do-desenvolvimento-social-e-do-trabalho Acesso em: 09/06/26
LARANJEIRAS	Onete Mota Santos	F	Não	Sim	https://laranjeiras.se.gov.br/noticia/laranjeiras-inaugura-fabrica-de-chocolate-do-cram/278

					Acesso em: 09/06/26
MACAMBIRA	Anamira Souza de Meneses Souza	F	Sim		https://macambira.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assistencia-social Acesso em: 09/06/26
MALHADA DOS BOIS	Maria Edjane Santos Gomes Lima	F	Sim		https://malhadadosbois.se.gov.br/porta/263/Institucional https://www.instagram.com/p/DD7iwWpvs7f/ Acesso em: 09/06/26
MALHADOR	Weslla Tamires Andrade	F	Não		https://malhador.se.gov.br/departamento/13/secretaria-municipal-de-assistencia-do-desenvolvimento-social-rendahabitacao-e-do-trabalho Acesso em: 09/06/26
MARUIM	Jussara Batista Maynard de Oliveira	F	Sim		https://maruim.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-da-assistencia-social-habitacao-e-do-trabalho https://www.instagram.com/p/DBBINB2xtIk/ Acesso em: 09/06/26
MOITA BONITA	Liliane Dos Santos Costa	F	Não		https://www.moitabonita.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assistencia-social Acesso em: 09/06/26
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	Witila Lima Cavalcante Silva	F	Não possui		https://montealegredesergipe.se.gov.br/site/secretaria/709 Acesso em: 09/06/26
MURIBECA	Rita de Cássia Vieira dos Santos	F	Não		https://muribeca.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assistencia-social-direitos-humanos-e-trabalho Acesso em: 09/06/26

NEÓPOLIS	Michelly de Oliveira Costa Tojal	F	Sim	Não	https://neopolis.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social-e-do-trabalho Acesso em: 09/06/26
NOSSA SENHORA APARECIDA	Aretha de Freitas Moraes	F	Não possui	Não	https://nossasenhoraaparecida.se.gov.br/site/secretaria/1241 Acesso em: 09/06/26
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Annikaren de Oliveira Gomes Pinheiro	F	Não possui	Não	https://gloria.se.gov.br/departamento/33/secretaria-municipal-de-assistencia-social Acesso em: 09/06/26
NOSSA SENHORA DAS DORES	Jackeline Melo de Oliveira Cardoso	F	Não possui		https://nossasenoradasdores.se.gov.br/orgao/fundo/fundo-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 09/06/26
NOSSA SENHORA DE LOURDES	Josenilde Alves de Araújo Loureiro	F	Não		https://nsdelourdes.se.gov.br/orgao/fundo/fundo-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 09/06/26
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Gledson Oliveira de Sousa	M	Não	Não	https://www.socorro.se.gov.br/orgao/secretaria/Secretaria-da-Fam%C3%ADlia-da-Inclus%C3%A3o-e-da-Assist%C3%Aancia-Social Acesso em: 09/06/26
PACATUBA	Verônica de Almeida Camurça	F	Não possui	Não	https://www.pacatuba.ce.gov.br/secretaria.php?sec=9 https://www.escavador.com/sobre/4540401/veronica-de-almeida-camurca Acesso em: 09/06/26
PEDRA MOLE	Adriana Lima dos Santos Andrade	F	Não possui		https://pedramole.se.gov.br/estrutura-organizacional/ Acesso em: 09/06/26
PEDRINHAS	Maria Agnes Franco Souza	F	Não possui		https://pedrinhas.se.gov.br/assist%C3%Aancia-social-0 Acesso em: 09/06/26

PINHÃO	Ana Conceição Fontes da Silva Oliveira	F	Sim		https://pinhao.se.gov.br/estrutura-organizacional/ Acesso em: 09/06/26
PIRAMBU	Flávia do Nascimento Nunes	F	Sim		https://pirambu.se.gov.br/estrutura-administrativa/ https://www.instagram.com/p/DYQmbgWjZFh/?img_index=4 Acesso em: 09/06/26
POÇO REDONDO	Maria Edna Da Silva Souza	F	Não possui		https://pocoredondo.se.gov.br/estrutura-organizacional/assistencia-social/ Acesso em: 09/06/26
POÇO VERDE	Rejane Correia de Santana	F	Não possui		https://pocoverde.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-comunit%C3%A1rio-assist%C3%A2ncia-social-e-do Acesso em: 09/06/26
PORTO DA FOLHA	Maria Monica Delfino Gois	F	Não possui		https://portodafolha.se.gov.br/site/secretaria/36 Acesso em: 09/06/26
PRÓPRIA	Ana Karine da Silva Feitoza Gomes	F	Não		https://propria.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social-e-direitos-humanos Acesso em: 09/06/26
RIACHÃO DO DANTAS	Valéria Souza Lopes de Almeida	F	Não	Sim	https://www.riachaododantas.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social Acesso em: 09/06/26
RIACHUELO	Roberto Emanuel de Jesus Leite Dorea	M	Não		https://riachuelo.se.gov.br/2021/secretaria-municipal-da-assistencia-social Acesso em: 09/06/26
RIBEIRÓPOLIS	Edvânia Carvalho dos Anjos Barreto Góis	F	Não		https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/rede-de-enfrentamento/enderecos-por-municipios/item/298-ribeiropolis Acesso em: 09/06/26

ROSÁRIO DO CATETE	Verônica Menezes Bispo	F	Sim		https://www.rosariodocatete.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-da-assist%C3%Aancia-e-do-desenvolvimento-social https://www.se.gov.br/agencia/noticias/governo/marumim_e_rosario_do_catete_aderem_ao_programa_sergipe_pela_infancia Acesso em: 09/06/26
SALGADO	Aldeane Silva França	F	Sim		https://www.salgado.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assistencia-social-habita%C3%A7%C3%A3o-e-trabalho Acesso em: 09/06/26
SANTA LUZIA DO ITANHY	Ricardo De Santana Marques	M	Não	Sim	https://santaluziadoitanhy.se.gov.br/estrutura-organizacional/ Acesso em: 09/06/26
SANTA ROSA DE LIMA	Denia Pereira Alves	F	Sim		https://santarosadelima.se.gov.br/porta/704/Institucional Acesso em: 09/06/26
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	Maria Das Dores Santos De França	F	Não		https://santanadosaofrancisco.se.gov.br/site/secretaria/1373 Acesso em: 09/06/26
SANTO AMARO DAS BROTAS	Joana D'Arc Sobral Souza	F	Sim	Não	https://www.se.gov.br/casacivil/11_santo_amaro_das_brotas Acesso em: 09/06/26
SÃO CRISTÓVÃO	Lucianne Rocha Lima	F	Não	Sim	https://www.saocristovao.se.gov.br/orgaos/semas Acesso em: 09/06/26
SÃO DOMINGOS	Luciana Santos Silva	F	Sim		https://www.saodomingos.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social-e-prote%C3%A7%C3%A3o-pessoa Acesso em: 09/06/26
SÃO FRANCISCO	Vanessa Cruz Garcez Guimaraes	F	Sim		https://www.saofrancisco.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%Aancia-social Acesso em: 09/06/26
SÃO MIGUEL DO ALEIXO	Gabriela Almeida	F	Não possui		https://saomigueldoaleixo.se.gov.br/site/secretaria/279

	Santana				Acesso em: 09/06/26
SIMÃO DIAS	Ricardo Jesus dos Santos	M	Não		
SIRIRI	Cleiton De Jesus Santos	M	Não		https://siriri.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social-e-do-trabalho Acesso em: 08/06/26
TELHA	Taise Santos dos Anjos	F	Não	Sim	https://telha.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-inclus%C3%A3o-social Acesso em: 08/06/26
TOBIAS BARRETO	Zanna Caroline Nascimento Avila	F	Não		https://tobiasbarreto.se.gov.br/site/secretaria/1147 Acesso em: 08/06/26
TOMAR DO GERU	Eduarda De Souza Reis	F	Não		https://www.tomardogeru.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-assist%C3%A2ncia-social Acesso em: 08/06/26
UMBAÚBA	Tamyres Lima Dos Santos	F	Não possui	Sim	https://umbauba.se.gov.br/site/secretaria/1902 Acesso em: 08/06/26

APÊNDICE C- Galeria de informações fotográficas sobre as secretárias de assistência social em Sergipe



←  ⋮

 81 posts 44,2 mil seguidores 2.607 seguindo

Figura pública
 🌿 Primeira-Dama de Canindé/SE
 ❤️ Esposa de @machadinhocaninde
 🏫 Educadora Física
 🙏 "O Senhor é o meu pastor; nada me faltará" (Salmos 23:1)"

←   ⋮

 185 posts 10 mil seguidores 1.715 seguindo

👩 | Estou primeira dama e secretária da inclusão social, Carira-SE.
 👩 | Mãe de duas princesas.
 "Se vens por bem, podes entrar!" 😊

←  ⋮

 212 posts 11,3 mil seguidores 3.660 seguindo

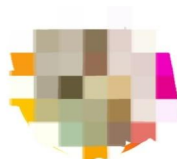
💖 Primeira Dama de Japaratuba
 👩 Secretária de Desenvolvimento Social
 ✨ Guiada pela fé, sustentada pela graça e protegida por Deus.
 🌐 @deciogvneto

←   ⋮

 211 posts 24,3 mil seguidores 2.909 seguindo

Serviço local
 Médica | Gestora Pública
 Referência em Políticas de Assistência Social
 Transformando vidas 💖
 Esposa de @prefeitoallysson

←   ⋮

 196 posts 4.044 seguidores 4.782 seguindo

• Mãe de dois. 🧑🏻
 • Secretária Assistência Social. 💙
 • Primeira-Dama de São Domingos. ✨
 • "Servir com amor é minha missão". 🤝
 • @binhoprefeito 🌐

←    ⋮

 72 posts 1.813 seguidores 2.815 seguindo

👩 Primeira Dama de São Francisco/SE
 👩 Secretária de Assistência Social
 🌐 @duduguimaraes.sf

←    ⋮

 1.070 posts 47,8 mil seguidores 1.961 seguindo

— Cristã
 — Apaixonada pelo empreendedorismo feminino
 — Primeira-Dama & Secretária de Assistência social de Itaporanga d'Ajuda
 🌐 Esposa de @ivansobral
 📞 WhatsApp

←     ⋮

 55 posts 590 seguidores 767 seguindo

🌟 | Primeira-Dama
 👩 | Secretária Municipal de Assistência Social
 📍 Santa Rosa de Lima/SE